

MESTRADO
ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

**SUSTENTABILIDADE E REFORMAS DOS SISTEMAS DE
PENSÕES: ESTUDO COMPARATIVO ENTRE PORTUGAL E
OUTROS PAÍSES**

JOANA ISABEL DA SILVA ROSAS BORGES

OUTUBRO - 2020

MESTRADO EM ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO DISSERTAÇÃO

**SUSTENTABILIDADE E REFORMAS DOS SISTEMAS DE
PENSÕES: ESTUDO COMPARATIVO ENTRE PORTUGAL E
OUTROS PAÍSES**

JOANA ISABEL DA SILVA ROSAS BORGES

ORIENTAÇÃO:

PROFESSOR DOUTOR FRANCISCO JOSÉ DUARTE NUNES

OUTUBRO - 2020

*“Pelo sonho é que vamos,
Comovidos e mudos.
Chegamos? Não chegamos?
Haja ou não frutos,
Pelo Sonho é que vamos.*

*Basta a fé no que temos.
Basta a esperança naquilo
Que talvez não teremos.
Basta que a alma demos,
Com a mesma alegria,
Ao que desconhecemos
E ao que é do dia-a-dia.*

*Chegamos? Não chegamos?
-Partimos. Vamos. Somos”*

Sebastião da Gama.

Agradecimentos

A formulação de uma Dissertação de Mestrado, desde a parte de investigação ao processo de escrita, corresponde a um processo de comprometimento, dedicação, entrega, superação e paciência. Este trabalho, enquanto registo de um momento intelectual vivenciado por mim, exige que seja feito alguns agradecimentos especiais.

Agradecer, relembra-me de forma inevitável o Tratado da Gratidão de São Tomás de Aquino. Este tratado afirma existirem 3 níveis de gratidão: o primeiro nível que corresponde a um nível mais superficial, ao nível do reconhecimento intelectual e cognitivo; o segundo nível que diz respeito a um nível intermédio do agradecimento; e o terceiro nível que corresponde ao nível mais profundo do agradecimento, ao nível do vínculo e do comprometimento.

Línguas como o inglês e o alemão, agradecem no primeiro nível da gratidão, “Thank You” e “Zu Danken” remetem ao reconhecimento no plano intelectual. A maioria das línguas europeias agradece no segundo nível do agradecimento. “Merci” do francês, “Grazie” do italiano e “Gracias” do espanhol, expressam o dar graças ou uma mercê a alguém pelo que esse alguém fez por nós. No entanto, apenas o português possibilita agradecer no nível mais profundo da gratidão. “Obrigado” expressa o vínculo e o comprometimento que teremos com alguém.

Neste sentido e, porque não poderia ser de outra forma, mesmo que o agradecimento seja sempre escasso, obrigada aos meus pais por acreditarem em mim, por me deixarem “ir” mesmo que isso significasse não me terem por perto, pelos extremos valores e ensinamentos que diariamente me transmitem, pela paciência, compreensão e pela luta constante de darem aos filhos o melhor de si. São o espelho e o exemplo de amor no seu estado mais puro e genuíno, são sinónimo de conforto e de casa, onde eu poderei sempre regressar.

Obrigada aos meus irmãos pelo companheirismo, pela dedicação e pelo exemplo que sempre incutiram em mim. São, para mim, uma referência, quer a nível profissional como a nível pessoal. Obrigada pela amizade eterna que sempre teremos.

Obrigada ao caríssimo Professor Doutor Francisco Nunes, meu orientador, por ter aceite este desafio, por ter acreditado e impulsionado este meu trabalho. Obrigada pela longa jornada que percorreu comigo, jornada esta que por força de uma pandemia foi uma jornada exigente. Obrigada pelo comprometimento, pelo auxílio diário e empenhado e pela crítica construtiva.

Por fim, obrigada a todos aqueles que tornaram esta minha etapa possível, aos amigos de todas as horas que me desculparam os poucos encontros, que me apoiaram incondicionalmente e que torcem por mim como se deles tratasse. A todos, o meu sincero e profundo obrigada.

Glossário

AP – Administração Pública

AFP – Administradoras de Fundos de Pensões

CGA – Caixa Geral de Aposentações

CRP – Constituição da República Portuguesa

EMV – Esperança Média de Vida

FEFSS – Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social

IDI – Índice de Dependência de Idosos

ILR – Idade Legal de Reforma

ISF – Índice Sintético de Fecundidade

LBSS – Lei de Bases da Segurança Social

OE – Orçamento do Estado

PAYG – Sistemas Pay-As-You-Go

PIB – Produto Interno Bruto

PP – Pontos Percentuais

PPC – Paridades de Poder de Compra

PPR – Plano Poupança Reforma

RLP – Riqueza Líquida da Pensão

RPSC – Regime de Proteção Social Convergente

SIS - Seguro de Invalidez e Sobrevivência

SS – Segurança Social

TLSP – Taxa Líquida de Substituição da Pensão

UE – União Europeia

Resumo

O sistema de Segurança Social é um elemento-chave na construção de um Estado Social. Sistemas de pensões assentes numa ótica de repartição reforçam a incerteza de saber se as próximas gerações conseguirão pagar as reformas dos futuros pensionistas, num contexto de acelerado envelhecimento demográfico, crises financeiras e restrições orçamentais. Com o intuito de tornar os sistemas de pensões sustentáveis no longo-prazo, diversos países redesenharam em diferentes horizontes temporais os seus sistemas (optando por reformas paramétricas ou estruturais) de forma a acrescentar anos de solvabilidade aos sistemas face às suas potencialidades e vocações. Após a caracterização do sistema de pensões português e da reflexão sobre as diversas reformas ocorridas nos países escolhidos, este Trabalho Final de Mestrado procura, através de quadros de sistematização de indicadores (macroeconómicos, demográficos, microeconómicos e de bem-estar) e posterior ordenação dos mesmos em rankings, fazer sínteses comparativas que evidenciem a relação existente entre o tipo de reforma implementado e a performance esperada em termos de sustentabilidade. Tomadas de decisão futuras assentarão num *trade-off* entre restrições atuariais e eficiência económico-financeira vs bem-estar e generosidade/proteção do sistema de pensões.

Palavras-chave: Segurança Social; Sistema de Pensões; Sustentabilidade; Justiça Intergeracional; Reformas Estruturais; Reformas Paramétricas.

Abstract

The Social Security system is a key element to build a Social State. Pay-as-you-go pension systems reinforce the uncertainty as to whether future generations will be able to afford the reforms of future pensioners in an accelerated context of population ageing, financial crises and budgetary constraints. To make a sustainable pension system in long term, several countries have redesigned their systems (opting for parametric or structural reforms) over different time horizons, adding years of solvency to their systems, given their potential and vocations. After the characterization of the Portuguese pension system and the reflection on the various reforms that have taken place in the chosen countries, this *MFW* seeks, through the systematization of indicators (macroeconomic, demographic, microeconomic and welfare) and their subsequent rankings, to make comparative summaries that show the relationship between the type of reform implemented and the expected performance in terms of sustainability. Future decisions will be based on a trade-off between actuarial constraints and economic-financial efficiency vs. welfare and pension system generosity/protection.

Keywords: Social Security; Pension System; Sustainability; Intergenerational Justice; Structural Reforms; Parametric Reforms.

Índice

1. Introdução.....	1
2. Caracterização do Sistema Público Português de Segurança Social.....	2
2.1 Arquitetura do Sistema de Segurança Social.....	2
2.2 Perspetiva histórica das Leis de Base da Segurança Social.....	4
3. Sustentabilidade do Sistema de Pensões Português	5
3.1 Sustentabilidade da Segurança Social e Justiça Intergeracional	7
3.2 Demografia e Migrações	8
3.3 Modelos de Financiamento da Segurança Social	10
3.4 Opções de Reforma dos Sistemas de Pensões	12
3.5 Tendências de Reforma	13
4. Fundamentação do Estudo Comparativo entre Países.....	14
4.1 Fundamentação da Escolha dos Países.....	15
4.2 Fundamentação dos Indicadores	15
4.3 Fundamentação da Metodologia Usada	17
5. Caracterização Sintética dos Sistemas	17
5.1 Reforma no Chile em 1981	17
5.2 Suécia após a Reforma de 1994	19
5.3 Sistema de Pontos na Alemanha.....	21
6. Estudo Comparativo: Indicadores de Análise, Reformas e Sustentabilidade	22
6.1 Indicadores em Análise	22
6.2 Indicadores Macroeconómicos	24
6.3 Indicadores Demográficos	27
6.4 Indicadores Microeconómicos e de bem-estar	30
6.5 Análise Crítica	34
7. Conclusão	36
Referências Bibliográficas	39
Anexos.....	45

Índice de Tabelas

Tabela 1: Arquitetura do Sistema de Proteção Social de Cidadania	3
Tabela 2: Organização e Financiamento do Sistema de Segurança Social	11
Tabela 3: Indicadores que suportam o Estudo Comparativo	23
Tabela 4: A.1 Despesa Pública com Pensões (velhice e sobrevivência)	24
Tabela 5: A.2 Despesa Privada com Pensões (velhice e sobrevivência)	24
Tabela 6: A.3 Taxas médias de contribuições (% do salário médio) obrigatórias para a formação de futuras pensões	25
Tabela 7: A.4 Projeções da Despesa Pública com Pensões (2015-2060) - valores em % do PIB	26
Tabela 8: B.1 Índice Sintético de Fecundidade	27
Tabela 9: B.3 Índice de Dependência de Idosos (valores históricos e projeções)	29
Tabela 10: B.4 Idade Efetiva e Normal de Saída do Mercado de Trabalho, Esperança de Vida à Saída do Mercado de Trabalho e Anos de Vida Saudável aos 65 anos (2018)	29
Tabela 11: C.1 Taxa Líquida de Substituição da Pensão	30
Tabela 12: C.2 Riqueza Líquida da Pensão (por ganhos)	31
Tabela 13: C.3 Evolução dos Rendimentos das Pensões: salário médio em paridades de poder de compra versus taxa de substituição das pensões	32

Índice de Figuras

Figura 1: Arquitetura do Sistema de Segurança Social Português	2
Figura 2: Arquitetura do Sistema Previdencial	3
Figura 3: Subsistemas da Segurança social	12
Figura 4: Modelos de Financiamento e Modelos de Benefício: Reformas	14
Figura 5: A.5 Direitos Brutos de Pensão de Trabalhadores com Baixo e Médio Rendimento: intervalo de desemprego de 5 anos vs trabalhador com uma carreira completa (2018)	26
Figura 6: B.2 Esperança de Vida à Nascimento (em anos por sexo)	28

Índice de Anexos

Anexo I - Tabelas de sinopse temporal da evolução dos sistemas	45
Tabela I.1: Evolução temporal do sistema de Segurança Social Português	45
Tabela I.2: Tabela da evolução temporal do sistema de Segurança Social sueco	48
Tabela I.3: Tabela da evolução temporal do sistema de Segurança Social chileno	49

Tabela I.4: Tabela da evolução temporal do sistema de Segurança Social alemão.....	50
Anexo II - Rankings dos indicadores	53
Tabela II.1: Ranking da despesa pública e privada com pensões e projeção a longo-prazo da despesa pública com pensões.....	53
Tabela II.2: Ranking das contribuições (em % do salário médio) obrigatórias para a formação de futuras pensões.....	54
Tabela II.3: Ranking dos direitos brutos de pensão de trabalhadores com baixos e médios rendimento: intervalo de desemprego de 5 anos (2018).....	54
Tabela II.5: Ranking da Esperança Média de Vida à nascença (em anos por sexo)	54
Tabela II.6: Ranking da Esperança de Vida aos 65 anos.....	54
Tabela II.7: Ranking do Índice de Dependência de Idosos	55
Tabela II.9: Ranking da Taxa Líquida de Substituição da Pensão	55
Tabela II.10: Ranking da Riqueza Líquida da Pensão (por ganhos)	55
Tabela II.11: Ranking da evolução dos rendimentos das pensões: salário médio em paridades de poder de compra vs taxa de substituição das pensões	55
Anexo III – Metainformação	56
Tabela III.1: Metainformação dos indicadores e respetivas fórmulas de cálculo	56

1. Introdução

O sistema de Segurança Social (SS) é um elemento-chave na construção de um Estado Social. Segundo Ferrera (1996), Portugal enquadra-se no modelo social dos países da Europa do Sul. Neste modelo impera um menor grau de proteção social (mais especificamente aos excluídos do mercado de trabalho), cujo financiamento provém maioritariamente de contribuições sociais. No nosso país, a família desempenha um papel fundamental na provisão de alguns serviços sociais e rede de segurança, existe acesso universal aos serviços de saúde através do Serviço Nacional de Saúde (de inspiração beveridgiana) e os esquemas privados de pensões são pouco significativos (Lagoa e Barradas, 2018).

Em Portugal, a cobertura e proteção quanto a determinadas situações de risco social como por exemplo velhice, são asseguradas pela SS. Constitucionalmente, todos os portugueses têm direito à SS e à satisfação de necessidades sociais irredutíveis que este sistema proporciona. O sistema de SS, um dos subsectores da Administração Pública (AP), abrange uma multiplicidade de despesas e receitas. Relativamente ao sistema de pensões, em particular, este visa que o cidadão aufera um rendimento de substituição após terminar a sua vida profissionalmente ativa (Carolo et al, 2018).

O sistema de SS português assenta, essencialmente, em dois pilares. Um deles diz respeito à gestão pública, que inclui o sistema previdencial e o sistema de proteção social de solidariedade e família, o outro corresponde a um sistema complementar de iniciativa privada, embora residual e circunscrito apenas a algumas profissões (Carolo et al 2018).

Este sistema funciona com base num contrato implícito entre gerações chamado de sistema de repartição. Ou seja, é a geração ativa que através das suas contribuições para o sistema financia as pensões da população aposentada. Neste sentido, é importante perceber se as próximas gerações conseguirão pagar as reformas dos futuros pensionistas, num contexto de elevado envelhecimento populacional decorrente do aumento contínuo da Esperança Média de Vida (EMV) e das reduzidas taxas de natalidade, constrangimentos financeiros nas finanças públicas decorrentes das crises económicas e restrições orçamentais daí resultantes.

Tais pressões deram o pontapé de saída para crescentes debates políticos e técnicos em torno do tema da reforma dos sistemas de segurança social, com o objetivo de tornar os sistemas sustentáveis no longo prazo. Quando aos processos reformistas a implementar, a maioria países optaram por reformas paramétricas e, apenas em casos específicos, foram implementadas reformas estruturais. Nos sistemas de pensões, países como o Chile e a Suécia implementaram reformas estruturais e, por isso, serão objeto de análise.

Nesse sentido, uma vez que os países enfrentam desafios e riscos semelhantes, torna-se imperativo perceber quais as melhores soluções que Portugal possa adotar, a partir de características de outros modelos, com o intuito de criar um modelo único, específico, adequado ao país, à nossa situação social, política, demográfica e económica, por forma a tornar o nosso sistema de pensões sustentável a longo prazo. Para tal, esta dissertação focar-se-á no exemplo de diversas reformas que tiveram como principal objetivo tornar os sistemas de SS mais sustentáveis a longo prazo.

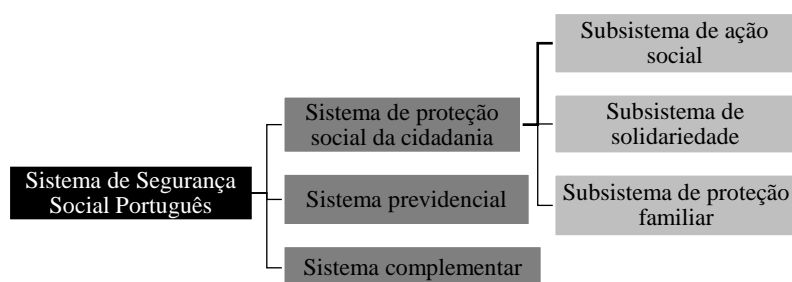
A motivação central desta dissertação prende-se, sobretudo, com o contributo que poderá ser dado ao debate nacional sobre o tema, num enriquecimento das suas coordenadas, numa época em que se torna crucial repensar o nosso sistema de SS e redesenhar as alterações mais benéficas, de forma a tornar o sistema mais sustentável, isto é, por forma a acrescentar, na provisão de longo prazo, anos de solvabilidade aos sistemas face às suas potencialidades e vocações.

2. Caracterização do Sistema Público Português de Segurança Social

O sistema de SS português encontra-se descrito na vigente Lei de Bases da Segurança Social (LBSS), Lei nº 4/2007 de 16 de janeiro. Este sistema deverá assegurar a proteção dos indivíduos em situações de doença, invalidez, viuvez, orfandade, desemprego ou outras situações de carência ou diminuição de subsistência ou capacidade de trabalho. De acordo com o artigo 23º da mesma Lei, a SS é composta por três sistemas: o sistema de proteção social da cidadania, o sistema previdencial e o sistema complementar.

2.1 Arquitetura do Sistema de Segurança Social

Figura 1: Arquitetura do Sistema de Segurança Social Português



Fonte: Lei de Bases da Segurança Social (Lei nº 4/2007, de 16 de janeiro)

Analisando, ainda que de forma breve, os sistemas de SS, conseguimos ver que o sistema de proteção social da cidadania tem como objetivo garantir direitos básicos dos cidadãos, igualdade de oportunidades e promover o bem-estar e a coesão sociais. Tal sistema abrange, ainda,

três subsistemas: o subsistema de ação social, o subsistema de solidariedade e o subsistema de proteção familiar (Artigo 28º da LBSS de 2007), sendo estes financiados por transferências do Orçamento do Estado (OE) e por consignação de receitas fiscais (Artigo 90º, nº 1 da LBSS de 2007).

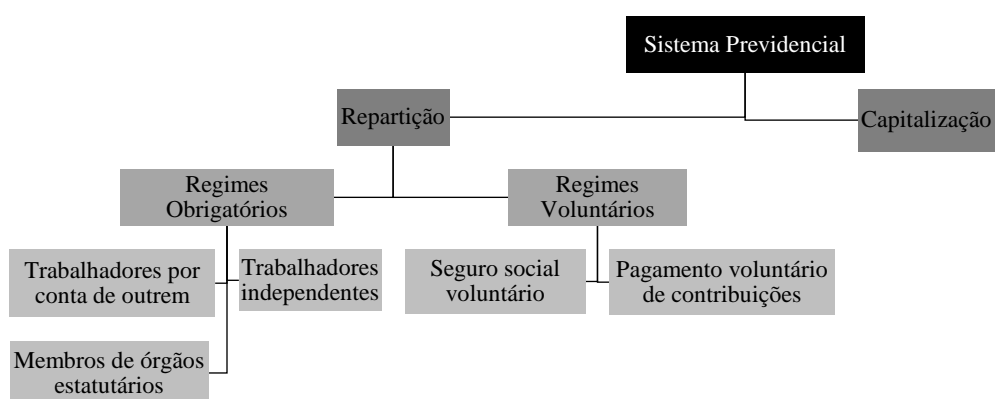
Tabela 1: Arquitetura do Sistema de Proteção Social de Cidadania

Subsistema de Ação Social	Subsistema de Solidariedade	Subsistema de Proteção Familiar
Visa prevenir e reparar situações de carência e desigualdade socioeconómica, de dependência, de disfunção, exclusão ou vulnerabilidade sociais, bem como a integração e promoção comunitárias das pessoas e o desenvolvimento das respetivas capacidades.	Pretende assegurar, com base na solidariedade de toda a comunidade, os direitos essenciais de forma a prevenir e a erradicar situações de pobreza e de exclusão. Pretende, ainda, garantir a ocorrência de prestações em situações de comprovada necessidade pessoal ou familiar, que não estejam incluídas no sistema previdencial.	Visa assegurar a compensação de encargos familiares acrescidos assim que ocorram eventualidades legalmente previstas.

Fonte: Lei de Bases da Segurança Social (Lei nº 4/2007, de 16 de janeiro)

Por sua vez, o sistema previdencial visa garantir, em consonância com o princípio de solidariedade de base profissional ou comutativa, prestações pecuniárias substitutivas de rendimentos de trabalho perdido em consequência da verificação de eventualidades definidas na lei (Artigo 50º da LBSS de 2007). Trata-se de um sistema fundamentalmente autofinanciado, que tem por base uma relação bilateral entre a obrigação legal de contribuir e o direito às prestações, nos moldes do artigo 54º da LBSS de 2007. Há, portanto, uma obrigatoriedade de contribuição por parte dos beneficiários e das respetivas entidades empregadoras em caso de atividade profissional subordinada (Artigo 56º, nº 1 da LBSS de 2007).

Figura 2: Arquitetura do Sistema Previdencial



Fonte: Lei de Bases da Segurança Social (Lei nº 4/2007, de 16 de janeiro)

Por fim, o sistema complementar é essencialmente constituído por um regime público de capitalização – que consiste numa inovação trazida pela vigente LBSS (2007), cuja gestão e

organização são de responsabilidade do Estado – e regimes complementares de iniciativa coletiva e de iniciativa individual. Tais regimes são instrumentos de proteção e solidariedade social, concretizados através da partilha de responsabilidades sociais (Artigo 81º, nº 1 e nº 2 da LBSS de 2007).

O sistema (público) de pensões integra benefícios de dois universos distintos. Um deles diz respeito ao sistema de SS, que cobre os trabalhadores do setor privado e os trabalhadores que entraram para a Função Pública a partir de 2006. O outro diz respeito ao sistema da Caixa Geral de Aposentações (CGA), que cobre os trabalhadores que entraram para a Função Pública antes de 2006 e que está fechado à entrada de novos subscritores desde esse ano. Apesar de a CGA ter sido enquadrada em 2009 na SS ao abrigo do Regime de Proteção Social Convergente (RPSC), esta mantém um conjunto de regras próprias que justificam que continue a ser tratada como uma entidade independente (Conselho das Finanças Públicas, 2014; Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças (GPEARI), 2018).

2.2 Perspetiva histórica das Leis de Base da Segurança Social

Anteriormente à vigente LBSS de 2007, existiram outras. A primeira LBSS, publicada a 14 de agosto de 1984 (Lei nº28/84), veio definir os princípios orientadores do sistema, como a proteção dos trabalhadores e famílias, garantindo rendimentos de substituição ou de compensação por encargos acrescidos das pessoas que se encontrem em situação de falta ou diminuição de meios de subsistência. Esta lei veio reafirmar o direito à SS, estabelecido na Constituição da República Portuguesa (CRP), e a fixar os princípios do sistema tais como universalidade, unidade, igualdade, eficácia, descentralização, garantia judiciária, solidariedade e participação.

Em 1989, foi lançado o Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS) - património financeiro autónomo para onde reverte parte das quotizações dos trabalhadores por conta de outrem. Visa assegurar a estabilização financeira da SS, garantindo idealmente o pagamento das pensões por um período mínimo de dois anos (Moreira et al, 2019). A criação do FEFSS foi um primeiro indício de que o sistema de pensões poderia acarretar certas dificuldades financeiras a longo prazo.

Em 2000, foi aprovada uma nova LBSS (Lei n.º 17/2000, de 08 de agosto) que aprovou as bases gerais do sistema de solidariedade de SS e definiu como novos objetivos fundamentais do processo de reforma a melhoria dos níveis de proteção social, com um maior reforço da proteção para os mais necessitados, numa aplicação do princípio da discriminação positiva; a

garantia da sustentabilidade financeira do sistema público de SS; e a promoção da eficácia do sistema e a eficiência da sua gestão.

As grandes linhas da reforma, destinadas a concretizar estes objetivos, foram as alterações ao regime de financiamento da SS e as alterações à fórmula de cálculo das pensões de velhice e invalidez. A par da publicação da legislação relativa à adequação seletiva das fontes de financiamento (Decreto – Lei n.º 331/2001, de 20 de dezembro) e da nova fórmula de cálculo das pensões (Decreto – Lei n.º 35/2002, de 19 de fevereiro), o processo de regulamentação da nova LBSS protagonizou outro momento significativo - a assinatura, em sede de concertação social, de um acordo sobre a Modernização da Proteção Social¹, que veio a introduzir limites opcionais às contribuições para o sistema de repartição.

Em 2002, é aprovada uma nova LBSS (Lei n.º 32/2002 de 20 de dezembro), tendo entrado em vigor a 20 de janeiro de 2003. Esta lei veio alterar a arquitetura do sistema, passando o sistema de SS a ser composto pelo sistema público (subsistema previdencial, de solidariedade e de proteção familiar), pelo sistema de ação social e pelo sistema complementar; consagração do princípio da universalidade da SS. A Lei n.º 32/2002 possibilitou o compromisso com o princípio integral da convergência de pensões mínimas e a criação de um complemento familiar nas pensões mínimas. Possibilitou, ainda, a previsão legal por incapacidade absoluta e definitiva; diferente determinação dos montantes das prestações, a possibilidade de pensões parciais em acumulação com prestações de trabalho a tempo parcial e o reforço do princípio da diferença social.

Em 2002, implementou-se um maior apoio à maternidade e, consequentemente, medidas que facilitam a assistência a filhos menores, reforçou-se a rede de serviços e equipamentos subvencionados estimulando as respostas através do apoio domiciliário, introduziu-se um sistema de patamares para efeitos de contribuições e pensões, com opção – acima de certos limites – por sistemas de capitalização pública, privada ou mutualista e consagrou-se a criação de mecanismos de regulação, supervisão prudencial e fiscalização dos regimes complementares de pensões.

Em 2007 surgiu a atual LBSS usada para a análise do sistema acima mencionado.

3. Sustentabilidade do Sistema de Pensões Português

Em termos genéricos, um sistema diz-se financeiramente sustentável se estiver em equilíbrio atuarial. A sustentabilidade financeira dos sistemas de proteção social financiados

¹ Ministério do Trabalho e da Segurança Social. Concertação Social – Acordo sobre a Modernização da Proteção Social. Gabinete do Secretário de Estado da Segurança Social.

através de um mecanismo de repartição depende de forma crucial do equilíbrio entre o número de financiadores e de beneficiários de prestações sociais (Bravo, 2016). Na prática, o equilíbrio de um sistema contributivo só está assegurado se as receitas projetadas com quotizações e contribuições sociais, acrescidas de ativos dos fundos de reserva e respetivos rendimentos, forem suficientes para, no mínimo, garantir o pagamento das despesas previstas com prestações sociais a longo prazo.

Segundo Bravo (2016), a sustentabilidade económica e financeira dos sistemas públicos de proteção social em Portugal, em particular dos sistemas de pensões, depende de um conjunto complexo de condicionantes económicas (crescimento económico, desemprego estrutural, produtividade do trabalho, novas formas de contratação), demográficas (aumento da longevidade, redução da fecundidade, movimentos migratórios, permanência no mercado de trabalho), fiscais (carga fiscal, composição do esforço fiscal, dívida pública, incentivos à declaração de rendimentos do trabalho, neutralidade económica do sistema fiscal), políticas (visão de curto prazo, descontinuidade das políticas, desconfiança do cidadão em relação ao Estado, miopia geracional) e sociológicas (cultura previdencial, literacia financeira, desconfiança face aos mercados financeiros, mito da gratuidade do sistema e comportamentos mais adequados face à poupança).

O aumento do envelhecimento e a diminuição da natalidade desequilibraram o rácio de dependência entre jovens e idosos, e os elevados níveis de desemprego transformaram os “beneficiários-contribuintes” em “beneficiários-dependentes”. As consequências comutativas deste processo refletiram-se num défice contributivo, ou seja, numa quebra abrupta das contribuições dos trabalhadores (e respetivos empregadores). Tal facto, reduz a capacidade financeira do sistema de proteção social face às despesas que tem a seu cargo.

Para fazer face aos crescentes desafios demográficos, é necessário que os rendimentos produzidos durante a carreira contributiva sejam substancialmente superiores (através de salários e contribuições mais elevadas), ou então, que o período de atividade profissional seja substancialmente mais longo (o que corresponderá a um aumento da idade efetiva da reforma).

Em maio de 2006, com a publicação do “Relatório Técnico sobre a Sustentabilidade da Segurança Social”², emergiu a ideia de rutura do sistema previdencial de repartição no curto-prazo. As soluções encontradas para minimizar os problemas de financiamento da SS foram o

² Grupo de Trabalho com a missão de atualizar o estudo “A Sustentabilidade Financeira do Sistema de Solidariedade e Segurança Social” publicado em abril de 2002. Este Grupo é constituído por elementos da Direção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento, do Instituto da Segurança Social, do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, do Instituto de Informática e Estatística da Segurança Social, da Direção Geral da Segurança Social e do Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização Financeira da Segurança Social, contando também com a presença do Gabinete do Secretário de Estado da Segurança Social e a colaboração do Centro Nacional de Pensões.

agravamento das penalizações nas reformas antecipadas, aumento da idade legal de reforma, alterações no cálculo das pensões, principalmente por influência da introdução do plafonamento - permite assegurar a redução da despesa com o pagamento de prestações sociais (máxime de pensões) e, desta forma, preservar a sustentabilidade financeira futura do sistema público de repartição (Cabral, 2010) -, e a introdução do fator de sustentabilidade³.

As consequências das alterações demográficas no atual modelo de organização e funcionamento dos sistemas de proteção social foram agravadas pela desaceleração económica verificada nas economias desenvolvidas, sobretudo a partir dos choques petrolíferos da década de 70 do século passado, pelo aumento do desemprego jovem, estrutural e de longa duração, pela expansão das novas formas de trabalho impostas pela transformação tecnológica e, mais recentemente, pelas implicações económicas e financeiras que a última crise internacional acarretou (Bravo, 2020).

3.1 Sustentabilidade da Segurança Social e Justiça Intergeracional

Segundo Loureiro (2010), podem existir sistemas de SS que sejam sustentáveis do ponto de vista económico-financeiro, mas que não são necessariamente justos em termos intergeracionais. A justiça intergeracional procura encontrar um ponto de equilíbrio na transmissão de bens e recursos que a geração atual deixa para a geração futura. Para que esta transmissão seja justa é necessário que seja, também, equilibrada.

Fazendo a ponte com a economia, a ideia de justiça intergeracional pressupõe a materialização do legado transmitido. Desta forma, a economia concretiza a noção de justiça intergeracional precisamente através de uma análise custo-benefício de carácter intertemporal (Cabral, 2017). Segundo esta autora, na SS, questões como a justiça intergeracional não se colocam da mesma forma que se colocam nos domínios ambientais e de sobrevivência da própria humanidade. Por isso, acaba-se por limitar o debate ao plano financeiro no que à sustentabilidade diz respeito.

Sinteticamente, a justiça intergeracional trata-se de um contrato que pressupõe o acordo das várias gerações, mas, sobretudo, a cooperação da geração mais nova, que sustenta financeiramente o sistema. Por outro lado, a justiça intergeracional requer a intervenção do Estado, que é quem garante o cumprimento da promessa de pagamento futuro de prestações (Murteira, 2011).

³ Segundo Nazaré da Costa Cabral (2010), “o fator sustentabilidade, para além de visar a adequação do sistema às alterações da demografia, refletindo-se no valor da pensão, significa, acima de tudo, uma inflexão fundamental no nosso sistema público de pensões: de ora em diante, o valor da pensão já não é algo calculável ou potencialmente definido; pelo contrário, a pensão do futuro, por virtude do fator de sustentabilidade (também ele variável em função da alteração da esperança média de vida), tenderá a ser cada vez mais um valor indefinido e instável.”

O modelo público de pensões, assente numa lógica de repartição, baseia-se num conceito de solidariedade coativa entre gerações, cuja contribuição financeira que, em determinado momento, se exige à população ativa é o preço a pagar pela legítima expectativa de vir a auferir um rendimento no momento da aposentação.

Falar em sustentabilidade da SS significa falar em sustentabilidade do seu sistema de pensões. Em Portugal, o regime de repartição desenvolvido no sistema de pensões assenta no princípio de *pay-as-you-go* (PAYG). Ou seja, desde que se inicia a vida contributiva a geração, a quem é prometida a atribuição de uma pensão no futuro, está a contribuir para a formação das pensões daqueles que já se encontram na reforma. O direito das gerações presentes formula-se em relação a uma pensão em atribuição ou em pagamento; o direito das gerações futuras formula-se em relação a uma pensão em formação. No sistema de pensões em PAYG, as gerações não são estanques entre si, acabando por se diluir umas nas outras a partir de certo momento.

Para Schokkaert e Van Parijs (2003), a principal razão que justifica o aparecimento de sistemas PAYG é a própria sobreposição de coortes populacionais. Os rendimentos provenientes das pensões dos mais velhos passam a ser assegurados não pelas suas próprias poupanças, mas a partir de transferências feitas pelos mais novos. Nos sistemas de repartição, o benefício das pensões é imediato pois através de baixas taxas de contribuição individual consegue-se implementar um seguro coletivo para um conjunto da população conferindo maior bem-estar.

Num contexto de elevado envelhecimento demográfico, existe a possibilidade de defraudar uma geração de contribuintes, que financiou um sistema do qual poderá não vir a usufruir, pelo menos na medida do desejável, com rendimentos reais equiparáveis. Assim, coloca-se em causa o próprio conceito de equidade intergeracional, que só será alcançado se as gerações futuras puderem usufruir de um padrão de vida melhor ou igual ao das gerações precedentes (Mattil, 2006).

3.2 Demografia e Migrações

Em Portugal, tanto o saldo natural (diferença entre número de nascimentos e de óbitos) como o saldo migratório (diferença entre número de pessoas que imigra face ao número de pessoas que emigra) são negativos e o expectável é que exista um acentuado decréscimo de população nas próximas décadas. A conjugação de tais fatores colocará, inevitavelmente, em causa a sustentabilidade de um país, mas agrava-se quando falamos de países que apresentam um contexto de elevado envelhecimento, onde os estados sociais exercem um papel

redistributivo considerável, cuja sustentabilidade dependerá, em larga medida, da renovação populacional.

Segundo Matias (2017), as políticas demográficas adotadas devem se situar no campo de apoio à natalidade. Contudo, uma política demográfica de sucesso não deverá descurar a componente migratória. As políticas de incentivo à natalidade não produzem, normalmente, efeitos no curto prazo e, por isso, não têm sido suficientes. Por outro lado, a decisão de migrar ocorre, regra geral, em idade reprodutiva, pelo que a emigração produz um efeito negativo na própria natalidade. De acordo com alguns estudos, a imigração tem um impacto positivo nas contas públicas, no equilíbrio da segurança social e na economia. A política de migração, num mundo de migrações circulares, ajuda a fixar os cidadãos nacionais e a promover o retorno dos que tenham saído do país.

Casarico e Devillanova, realizaram um estudo em 2001 onde desenvolveram um modelo de gerações sobrepostas de dois períodos numa pequena economia aberta, com trabalhadores qualificados e não-qualificados. Os autores concluíram que o impacto financeiro da entrada de imigrantes sobre um sistema PAYG é positivo. Por outro lado, Alonso (2009) - ao avaliar o impacto que o fluxo de imigrantes pode ter sobre os sistemas de SS nos países da União Europeia (UE) 27 entre 2008 e 2050 - conclui que este fluxo migratório não será suficiente para equilibrar os sistemas previdenciais. Contudo, refere que pode servir como um complemento a outras medidas de política económica que tenham como finalidade mitigar o impacto do envelhecimento e do, conseqüente, número crescente de pensionistas.

Em Portugal, Peixoto et al (2017) avaliaram o impacto dos imigrantes sobre a SS entre 2002 e 2010 e concluíram que, em termos financeiros, as entradas de pessoas resultaram num saldo líquido positivo, embora tenha sido decrescente. Adicionalmente, este estudo refere que um fluxo imigratório permanente e sustentado seria benéfico e desejável para as contas da SS.

Como as alterações demográficas resultantes apenas da dinâmica natural (natalidade e mortalidade) tendem a apresentar alguma inércia, tornou-se impreterível que o foco recaia sobre a dinâmica migratória. Esta poderá ser a única que consiga assegurar saldos menos negativos da conta do sistema de pensões de velhice do sistema previdencial (Peixoto et al, 2017).

A entrada de imigrantes, aliada a uma menor saída de emigrantes, permitirá não apenas melhorar o funcionamento da economia, assegurando as suas necessidades de força de trabalho, como contribuirá para o equilíbrio financeiro do sistema de pensões de velhice. Desta forma, conclui-se o quão importante é a entrada de população em Portugal na dimensão financeira do sistema de pensões de velhice do sistema previdencial do sistema de SS (Peixoto et al, 2017).

3.3 Modelos de Financiamento da Segurança Social

Os sistemas de pensões de gestão coletiva podem funcionar de diversas formas. A primeira distinção surge do modelo de financiamento, que se distingue entre *capitalização*, onde as contribuições dos subscritores em cada momento são convertidas em poupança, e geridas enquanto ativos financeiros, sendo capitalizadas até ao momento em que sejam necessárias para custear as pensões de reforma, e *repartição*, onde as contribuições em cada momento são utilizadas para o pagamento das pensões atuais e, em troca, os contribuintes recebem uma “promessa” de pensão futura, em função do seu histórico contributivo (Weintraub, 2002; Lindbeck, 2006). Independentemente do modelo de financiamento ser de capitalização ou de repartição, o modelo de definição do benefício também pode assumir duas formas distintas: *contribuição definida* ou *benefício definido* (Borsch-Supan, 2003; Diamond, 2006; Lindbeck e Persson, 2003).

No modelo de contribuição definida as contribuições são previamente definidas e os benefícios resultam das contribuições entregues e dos respetivos rendimentos acumulados. No modelo de benefício definido, os benefícios são previamente definidos, sendo as contribuições calculadas por forma a garantirem o pagamento dos benefícios estipulados (Carolo et al, 2018). Resumidamente, nos sistemas de contribuição definida os benefícios são ajustados, enquanto que nos sistemas de benefício definido verifica-se um ajuste da receita das contribuições. Existem ainda sistemas mistos que combinam as características dos dois tipos de sistemas identificados acima. Nos sistemas mistos, quer o nível de benefícios quer o nível de contribuições são ajustados para responder a desequilíbrios do sistema (Carolo et al, 2018).

O sistema de pensões português é, na sua maioria, financiado através de um regime de repartição, isto é, pelas contribuições dos trabalhadores no ativo, à semelhança de boa parte dos restantes países da OCDE, e em regime de benefício definido. No entanto, Portugal apresenta uma percentagem elevada de pensionistas a receber benefícios de natureza não-contributiva (OECD, 2019).

Nos termos da Lei n.º 4/2007, o financiamento do sistema de SS cumpre os princípios da diversificação das fontes de financiamento e da adequação seletiva. O primeiro princípio implica uma ampliação das bases de obtenção de recursos financeiros para o sistema. Quanto ao segundo princípio, este exige um compromisso de adequação na afetação dos recursos financeiros consoante a natureza e objetivos das modalidades de proteção social.

Tabela 2: Organização e Financiamento do Sistema de Segurança Social

Sistema	Subsistema	Financiamento
Proteção Social e Cidadania	Subsistema de ação social; Subsistema de solidariedade; Subsistema de proteção familiar.	Tripartido (quotizações dos trabalhadores e contribuições das entidades empregadores e consignação de receitas fiscais)
Previdencial	Regime geral; Regimes especiais; Regimes de inscrição facultativa.	Bipartido em repartição (quotizações dos trabalhadores e contribuições das entidades empregadoras)
Complementar	Regime público de capitalização; Regime complementar de iniciativa privada ou coletiva.	Capitalização (financiamento exclusivo pelas transferências do Orçamento de Estado (OE)).

Fonte: Lei de Bases da Segurança Social (Lei nº 4/2007, de 16 de janeiro)

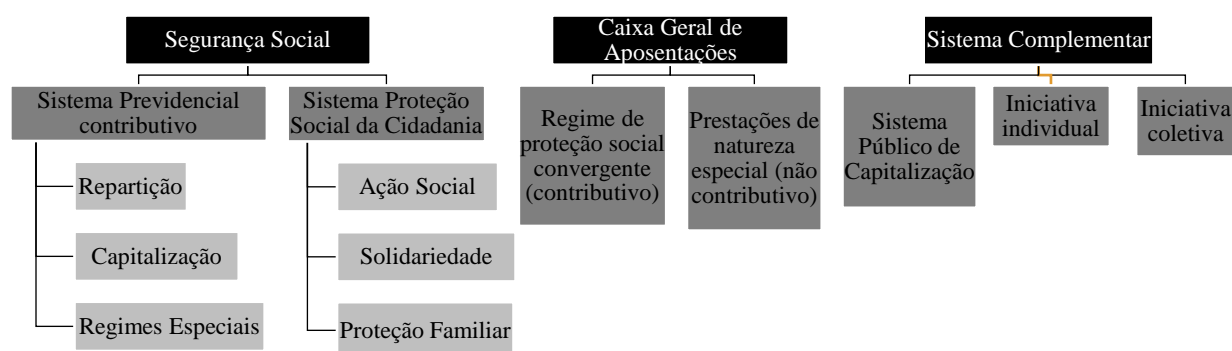
O sistema de proteção social de cidadania é financiado através das transferências do OE e nalgumas receitas fiscais legalmente consignadas à SS (exemplo: Imposto de Valor Acrescentado), entre outros. Este sistema assenta num esquema de repartição equitativa em que prevalece o princípio de coesão social (Carolo et al, 2018).

Segundo os mesmos autores, o sistema previdencial em repartição é financiado essencialmente pelas quotizações e contribuições dos trabalhadores e das empresas, tendo ainda como fontes de financiamento o produto de sanções pecuniárias, transferências do FEFSS e outras receitas legalmente previstas (Carolo et al (2018).

O sistema complementar visa a partilha de responsabilidades de proteção social entre Estado e indivíduos. É um sistema que se caracteriza pela sua natureza voluntária que depende, fundamentalmente, da iniciativa individual ou coletiva. Neste sistema, a proteção social pode ser gerida de forma privada ou pública, consoante as contribuições sejam abrangidas pelo sistema público de capitalização ou investidas em fundos privados (exemplo: Planos de Poupança de Reforma (PPR)) (Carolo et al, 2018).

O sistema de SS português incorpora dois grupos distintos de beneficiários – os ativos e os pensionistas – e dois subsistemas que operam simultaneamente – CGA e SS (Carolo et al 2018). A CGA, na sua génese constituída com o objetivo de assegurar a proteção dos funcionários públicos, foi encerrada a novos subscritores em 2005, deixando de poder receber contribuições dos funcionários públicos que iniciaram funções a partir desse momento. Estes passaram a contribuir para o regime geral da SS (Cabral et al, 2017). Esta fusão, permitiu diminuir a despesa em termos orçamentais e colocar Portugal mais bem colocado em termos de sustentabilidade a longo-prazo.

Figura 3: Subsistemas da Segurança social



Fonte: Adaptação de CFP (2014)

3.4 Opções de Reforma dos Sistemas de Pensões

Segundo Bravo (2020), as reformas dos sistemas de pensões, motivadas por problemas de insustentabilidade demográfica, económica e financeira, por problemas de adequação ou de justiça intergeracional, devem procurar clarificar qual a prioridade a dar aos seus diferentes objetivos, sejam eles de que natureza forem. É, neste contexto, que surge a necessidade de pensarmos como sociedade quais as reformas que pretendemos.

Podemos optar por reformas paramétricas, que implicam mudanças nos parâmetros dos sistemas sem alterar a sua estrutura matricial no que toca às fontes de financiamento e à relação entre contribuições e prestações. Se optarmos por reformas sistémicas, então existirão alterações estruturais, de regime, com impacto no modelo e técnica de financiamento dos sistemas, na relação entre contribuições e prestações, na promoção da diversificação das fontes de financiamento, no nível de cobertura das prestações, nos efeitos redistributivos pretendidos, na sua governação e na tributação dos rendimentos. Podemos optar, ainda, por reformas regulatórias que envolvem, por exemplo, mudanças nas políticas de investimento do setor financeiro, visando o reforço da confiança dos investidores no sistema financeiro e o acautelar da proteção dos interesses dos tomadores de seguro, das pessoas seguras e dos participantes e beneficiários dos fundos de pensões privados. E, por último, podemos optar por reformas administrativas, que visam a unificação e simplificação dos sistemas públicos de pensões, maior eficácia no combate à evasão e fraude contributivas, a melhoria dos sistemas de informação sobre os sistemas de pensões, o reforço do controlo dos critérios de acesso às prestações sociais, a conjugação com outras políticas laborais e sociais (Bravo, 2020), o que contribui, essencialmente, para a melhoria de eficiência no funcionamento do sistema e dos processos de gestão.

3.5 Tendências de Reforma

Quanto às reformas paramétricas, os decisores políticos têm apostado, essencialmente, em quatro vetores (Huteau e Le Bonté, 1997), desde o aumento progressivo da idade da reforma, o aumento da duração do período de contribuição mínima, a diminuição do montante das pensões e o incremento das transferências financeiras dos orçamentos de Estado, numa ideia de diversificação das fontes de financiamento.

De acordo com Barr (2002), trata-se de, consoante a orientação política, escolher um grupo-alvo que suporte os custos associados à pressão financeira da SS, que pode ser o dos reformados (através da redução de benefícios), o dos trabalhadores (pelo aumento das contribuições para o sistema), ou o dos futuros contribuintes (no caso de se colmatarem os défices com empréstimos públicos, com dívida pública).

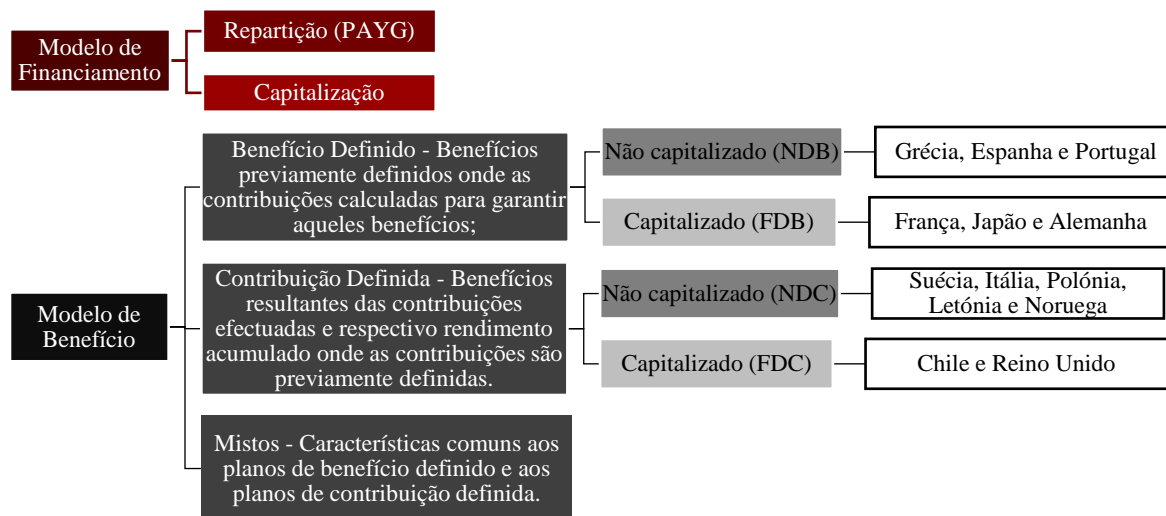
No quadro das reformas sistémicas, destaca-se a modificação das características tradicionais da SS no sentido de se constituírem planos nocionais e a abertura à gestão privada (total ou parcial) de pensões, numa lógica de capitalização financeira.

Os países que possuem o sistema de repartição procuram salvaguardar o sistema e apenas introduzir reformas paramétricas. Este sistema permite que o valor das pensões acompanhe o ritmo de crescimento económico, oferece cobertura adequada contra a inflação, apresenta maior imunidade a crises financeiras, contorna os problemas de risco moral, de seleção adversa, de elevados custos de transação e de imobilidade dos trabalhadores e permite, também, uma maior redistribuição de rendimento (Barr, 2012).

Segundo Lagoa e Barradas (2018), a maneira mais eficaz de lidar com o desafio imposto pela demografia, em ambos os sistemas de financiamento, é através do crescimento económico. O sistema de capitalização pode contribuir para acelerar o crescimento do rendimento nacional ao promover a poupança, o investimento e o desenvolvimento dos mercados financeiros. Permite, ainda, reduzir as distorções no mercado de trabalho, gerar pensões mais generosas, aumentar a responsabilidade individual e reduzir a interferência política na gestão das pensões.

4. Fundamentação do Estudo Comparativo entre Países

Figura 4: Modelos de Financiamento e Modelos de Benefício: Reformas



Fonte: Elaboração Própria

A grande maioria dos sistemas previdenciais é caracterizada por sistemas de benefício definido. Contudo, existiram ao longo dos últimos anos, reformas que modificaram os sistemas de pensões dos vários países, sempre com a finalidade de os tornar mais sustentáveis a longo prazo.

Ao nível destas reformas, existiram migrações de um sistema de benefício definido não-capitalizado para um sistema de benefício definido capitalizado (reforma paramétrica) como por exemplo na Alemanha, Japão e França. Ou migrações de um sistema de benefício definido não-capitalizado para um sistema de contribuição definida nocional (reforma sistémica), como são exemplos países como a Itália (1994), Letónia, Noruega, Polónia e Suécia. E, ainda, migrações de um sistema de benefício definido não-capitalizado para um sistema de contribuição definida capitalizado (reforma sistémica) como por exemplo no Chile (1981) e no Reino Unido.

O propósito do estudo comparativo será o de avaliar o problema económico marcado pela insustentabilidade da SS. O ideal passará por analisar e comparar indicadores que permitam perceber a perspetiva da sustentabilidade dos sistemas. Indicadores demográficos, económicos e de bem-estar permitirão comparar os diferentes sistemas (repartição, capitalização e mistos) e as diferentes reformas implementadas ao longo dos anos (paramétricas ou estruturais) com a capacidade de os países enfrentarem sistemas de pensões sustentáveis e eficientes a longo prazo.

Deste estudo comparativo, o principal objetivo será perceber se existe e qual é a correlação entre as variáveis na explicação da solvabilidade dos sistemas de segurança social e quais dos contextos/variáveis enumerados acima tem maior impacto no cálculo de solvabilidade e de que forma.

4.1 Fundamentação da Escolha dos Países

A vanguardista reforma sistémica do sistema de pensões do Chile, em 1981, acabou por ser seguida por outros países. Contudo, devido à baixa taxa de substituição da pensão e às dificuldades de alguns grupos sociais no acesso à pensão, o país teve a necessidade de repensar e modificar o seu modelo em 2008.

Em Portugal, a adesão a planos de poupança individual, tanto de natureza privada, como pública é facultativa. Tal não acontece na Suécia, uma vez que a adesão a planos de poupança individual é obrigatória (OECD, 2019). A escolha da Suécia recaiu essencialmente no facto de este país ter implementado uma reforma sistémica, estrutural, na década de 90. A Suécia tem suscitado um crescente interesse académico e político e tem sido um exemplo para outros países que procuram reformar os seus sistemas de segurança social.

A Alemanha foi pioneira, no século XIX, na introdução de sistemas de SS, instituído por Bismarck, de concepção comutativa e inspirado no princípio da solidariedade profissional. A opção por incluir a Alemanha para a elaboração deste estudo comparativo prende-se com o facto deste país possuir um Sistema de Pontos⁴, ainda que apresente o mesmo modelo de financiamento que Portugal (sistema de repartição). A literatura afirma que este sistema confere mais transparência ao cidadão ao longo da sua carreira contributiva.

As reformas intensificaram as velhas linhas divisórias entre os esquemas PAYG versus capitalização, públicos versus privados e voluntários versus obrigatórios. Algumas reformas combinaram elementos de todos os tipos. Embora as pensões públicas ainda tenham um papel importante, o papel das pensões financiadas e com contribuição definida tem vindo a crescer (Eichhorst et al, 2011). De acordo com o relatório, uma característica fundamental do processo de reforma tem sido a transição das fórmulas de benefício definido para as de contribuição definida desde meados dos anos 90, para garantir a adequação e sustentabilidade dos sistemas. Isso estreitou o vínculo entre as contribuições pagas no sistema e os benefícios pagos (Eichhorst et al, 2011).

4.2 Fundamentação dos Indicadores

O principal objetivo do estudo comparativo é fornecer uma visão sustentabilidade dos sistemas de pensões nos países analisados numa perspetiva de longo prazo, para depois poder

⁴ O sistema de pontos foi criado para procurar antecipar a provável contribuição a longo prazo do imigrante para a sociedade de acolhimento e para a sua economia. Os pontos são geralmente atribuídos em função de fatores como a idade, o percurso académico, o conhecimento da sociedade de acolhimento e da sua língua, a experiência de trabalho (Legomsky, 2012).

comparar tipos de reformas com diferentes projeções de sustentabilidade a longo prazo. Para tal, é necessário utilizar uma série de diferentes indicadores que permitam avaliar a sustentabilidade dos sistemas de pensões. Alguns países lidam melhor com os novos desafios impostos pelas questões demográficas e económicas devido às características do desenho dos seus sistemas de pensão (World Bank, 1994).

As tendências demográficas são, sem dúvida, um dos fatores mais importantes e determinantes da estabilidade financeira dos sistemas de pensões. Pallares-Miralles, Romero e Whitehouse (2012) consideram que um sistema de pensões é sustentável se “for capaz de pagar benefícios atuais e futuros, sob premissas razoáveis, sem transferir grandes encargos para as gerações futuras e sem precisar cortar benefícios, aumentar as contribuições para aposentações ou alterar condições de qualificação”.

Zaidi (2010) examina a sustentabilidade financeira das finanças públicas e como é que as respostas das reformas dos sistemas previdenciais fazem face aos desafios da sustentabilidade financeira. Já Andersen (2012), aborda a sustentabilidade fiscal das políticas públicas quando a demografia está em constante mudança. O autor argumenta que a consolidação das finanças públicas pode ser apropriada para lidar com o cenário demográfico atual de crescente EMV, decrescente Índice Sintético de Fecundidade (ISF) e constantes aumentos do Índice de Dependência de Idosos (IDI) que, naturalmente, resulta num contínuo aumento da Idade Legal de Reforma (ILR).

Na análise da sustentabilidade dos sistemas de pensões, autores como Verbič e Špruk (2014) defendem o uso combinado de várias variáveis, desde macroeconómicas a demográficas. Comissão Europeia (2009), Moscarola (2009), Pallares-Miralles, Romero e Whitehouse (2012), Marcinkiewicz e Chybalski (2014) e muitos outros autores, iniciam a análise da sustentabilidade dos sistemas de pensões analisando as despesas públicas com pensões em função do Produto Interno Bruto (PIB). Este é um dos principais indicadores de sustentabilidade do sistema de pensões. Contudo, nenhuma análise da sustentabilidade das pensões está completa sem a inclusão de vários outros indicadores que reflitam o efeito demográfico (IDI, EMV e ISF), o desempenho do mercado de trabalho (taxas de emprego) e a generosidade do sistema de pensões (taxa de substituição, taxa de cobertura do sistema e índice de dependência do sistema).

4.3 Fundamentação da Metodologia Usada

A análise crítica que se segue à escolha, caracterização e análise dos indicadores terá em conta a proposta de uma metodologia que consiste em ordenar os indicadores em rankings. Esta ordenação permitirá perceber e identificar quais os países mais bem preparados para lidar com os desafios da sustentabilidade do sistema de pensões a longo prazo. Será fundamental relacionar a posição obtida por cada país em cada ranking com a tipologia da reforma implementada nesse mesmo país no sentido de evidenciar o tipo de reforma e a performance esperada em termos de sustentabilidade dos sistemas no longo-prazo.

A metodologia de construção dos rankings assentará numa ordenação do maior valor para o menor, em cada indicador. Para ser de mais perceptível essa ordenação, os países foram pontuados de 1 a 4 consoante o valor que apresentavam no ano em análise, sendo a pontuação 4 atribuída ao país com maior valor de indicador (exemplo: despesa com pensões) para determinado ano e/ou segmento (exemplo: esquema privado/esquema público). No fim, os pontos são somados no sentido de permitir a ordenação final. Na análise do ranking, o 1º lugar nem sempre significa que o país esteja mais bem preparado para lidar com a sustentabilidade do sistema de pensões a longo-prazo⁵.

5. Caracterização Sintética dos Sistemas

5.1 Reforma no Chile em 1981

A reforma chilena de 1981 transformou um sistema financiado pelo regime de repartição, com benefícios definidos e administrados principalmente pelo Estado, num sistema financiado pelo regime de capitalização, com contribuições definidas de administração privada em que a taxa de contribuição é bem definida (fixa) e o nível de benefícios depende das contribuições feitas, dos retornos financeiros recebidos e da EMV no momento da aposentação (Uthoff, 2001). A reforma chilena passou, numa única operação, de um sistema de repartição no qual os rendimentos atuais são usados para financiar as atuais pensões para um sistema de capitalização no sentido de criar um maior crescimento económico (Holzmann, 2017).

O exemplo chileno traduziu-se na evidência prática de rutura com os esquemas tradicionais de SS, colocando as poupanças das famílias ao serviço do investimento financeiro, através da privatização integral das pensões de reforma. O fator verdadeiramente preponderante para a implementação da reforma sistémica que o Chile protagonizou foi a vigência de um regime ditatorial, que impedia qualquer tipo de discussão pública e livre. Neste sentido, pode mesmo

⁵ Ver Anexo I – Tabela de sinopse temporal da evolução dos sistemas

afirmar-se que a implementação do modelo chileno, feita durante a ditadura militar, dificilmente teria sido possível num ambiente democrático (Rosner, 2003; Mendes, 2005).

Segundo Uthoff (2001), a reforma de 1981 pretendia, essencialmente, eliminar a concessão de aposentação por antiguidade, definir benefícios com base nas contribuições do beneficiário ao longo da vida, e não exclusivamente nos últimos anos de contribuição, promover mecanismos de ajuste automático às mudanças demográficas e económicas, mantendo o equilíbrio atuarial, reduzir a possibilidade de pressão política sobre o uso de fundos e o ônus das tarefas administrativas.

Levada a cabo pelo governo de Pinochet, esta reforma estrutural assentou na ideia de que os sistemas financiados pelo método de repartição iriam causar elevados encargos orçamentais no futuro, devido ao envelhecimento demográfico. A solução passaria pela contenção da despesa dos sistemas públicos e o desenvolvimento dos esquemas privados de capitalização (Louça et al, 2016). Contudo, existiu um conjunto de problemas associados aos esquemas privados que necessitavam de ser repensados, nomeadamente, a baixa cobertura do esquema, o reforço das desigualdades das pensões auferidas pelos trabalhadores com carreiras mais irregulares e descontínuas, com menores salários e menor capacidade de poupança e os elevados custos administrativos que absorviam uma parte significativa das poupanças individuais (Louça et al, 2016).

Após mais de duas décadas de aplicação, para minimizar o impacto da privatização do sistema de pensões de 1981, surge uma nova reforma levada a cabo por Michelle Bachelet. Esta reforma reconhecia que o Estado deveria gerar incentivos e fornecer pensões de solidariedade para aqueles que eles não estavam em posição de responder aos incentivos (Uthoff, 2011). Surgem, então, dois novos esquemas públicos como complemento ao esquema privado: uma pensão de base universal para os 60% da população com menores rendimentos e sem acesso a pensão (Pensão Básica Solidária), um suplemento financiado pelo Estado para os pensionistas de baixos rendimentos e garante uma contribuição previdenciária por cada criança nascida e para as respetivas mães (Louça et al, 2016).

Para reduzir os custos administrativos significativos da primeira reforma, reforçou-se a supervisão pública e criou-se incentivos ao aumento da concorrência entre os administradores do Fundo de Pensões criando um Comité Técnico de Investimentos que assegurasse a regulação do Fundo de Pensões.

Atualmente, tanto as contribuições obrigatórias como o retorno financeiro gerado pelas mesmas, são acumulados numa conta de capitalização individual, cujo montante serve para cumprir as prestações que serão pagas futuramente ao beneficiário. A supervisão dos fundos

acumulados por cada trabalhador é realizada por entidades privadas, designadas por Administradoras de Fundos de Pensões (AFP). A adesão é obrigatória para os trabalhadores por conta de outrem que estejam no mercado de trabalho desde 1 de janeiro de 1983, e voluntária para os trabalhadores por conta de outrem que já tinham contribuído para o sistema anterior à reforma.

A contribuição/depósito feita numa conta AFP corresponde a 10% do rendimento ou remuneração tributável do trabalhador, outra percentagem que corresponde à comissão cobrada pela AFP⁶ pela gestão dessa conta e, ainda, uma percentagem adicional que corresponde a um Seguro de Invalidez e Sobrevivência (SIS).

O afiliado pode escolher entre os diferentes tipos de fundos em que deposita as suas contribuições. A idade legal de reforma é de 60 anos para as mulheres e 65 anos para os homens, mas as pessoas podem continuar a contribuir para além da idade estipulada com o intuito de aumentar a sua poupança e obter uma melhor pensão no futuro. No momento da reforma, as pessoas podem escolher diferentes tipos de pensão, de acordo com sua conveniência.

Com o objetivo de melhorar o valor da pensão de reforma, o associado pode aumentar voluntariamente o capital da sua conta de capitalização individual, sendo dedutível nos impostos e com um limite máximo.

5.2 Suécia após a Reforma de 1994

De acordo com Sundén (1998), a Suécia, em 1994, promoveu uma reforma no seu sistema público de pensões. Neste sentido, o objetivo passava por criar um sistema fiscalmente sustentável, que estimulasse o crescimento económico e estabelecesse uma ligação entre contribuições e benefícios retirados do sistema.

Na década de 90, a discussão centrava-se, essencialmente, em duas questões estruturais. Por um lado, pretendia-se saber se o sistema de pensões deveria fundamentar-se numa participação de carácter obrigatório ou voluntário (Hagen, 2017). Por outro, era importante esclarecer se as pensões deveriam adotar um carácter universal - serem pagas a todos os indivíduos – ou se deveriam estar restritas aqueles que cumprissem determinados critérios comprovados.

Após inúmeros anos de debate político, prevaleceu um modelo implementado em 2003 (OECD, 2017). Este modelo assenta em três esquemas: uma pensão de natureza contributiva

⁶ O sistema AFP oferece pensões de três tipos: velhice, invalidez e sobrevivência. Os seus valores dependem dos fundos que cada pessoa acumulou ao longo de sua vida. A afiliação a uma AFP é obrigatória. Atualmente, existem seis AFP cuja rentabilidade varia no tempo: AFP Capital; AFP Cuprum; Habitat AFP; Modelo AFP; AFP Planvital e AFP Provida.

apelidada de Pensão Base, calculada através do método de Contas Nocionais⁷ (ou sistema de capitalização virtual) e financiada em regime de repartição; uma pensão privada de carácter obrigatório denominada de Pensão Premium e financiada em regime de capitalização; e um complemento de pensão designado por Pensão Mínima Garantida, financiado pelos impostos e sujeito a um conjunto de condição.

A pensão básica foi substituída pela pensão mínima, que passou a ser financiada pela receita fiscal e cujo valor é indexado ao índice de preços (Scherman, 1999). Isto é, é concedido aos indivíduos com poucas ou nenhuma contribuições uma pensão de carácter puramente redistributivo a partir dos 65 anos de idade (Sundén, 1998). Contudo, é necessário que estes façam prova de rendimentos.

Relativamente ao esquema, este contempla uma parte financiada em regime de repartição e outra em regime de capitalização. A componente principal do sistema de pensões consistiu numa pensão em regime de contribuição definida, o esquema em regime de repartição é financiado pelas contribuições sociais, a uma taxa contributiva de 16% sobre a remuneração (Scherman, 1999).

O novo sistema de pensões, projetado para trazer estabilidade financeira, pressupõe um mecanismo que ajusta os benefícios das pensões às alterações da EMV. A pensão é calculada dividindo-se o saldo acumulado por um quociente de anuidades determinado pela EMV à data da aposentação. É importante reter que enquanto a EMV continuar a aumentar, as novas gerações tenderão a receber pensões comparativamente menores, uma vez que, os direitos conquistados até então, serão divididos progressivamente por mais anos (Ståhlberg et al, 2006).

A formação da Pensão Premium corresponde a 2,5% da remuneração mensal que é registada em contas individuais de carácter financeiro. Esta componente do sistema foi criada tendo em conta duas finalidades: pelo facto das contas possuírem um efeito direto na poupança agregada, e porque se esperava que os beneficiários/contribuintes fossem remunerados de acordo com as suas decisões e os seus perfis de risco (Hagen, 2017).

Após terem sido combinados dois sistemas de contribuição definida (um em regime de repartição e outro em regime de capitalização), o sistema sueco garantiu uma maior segurança quanto à permanência da taxa de contribuição no valor definido aquando da reforma. Tendo em

⁷ Os Sistemas de Contas Nocionais são desenvolvidos de modo a que a pensão dependa das contribuições do indivíduo. Os sistemas de Contas Nocionais criam um incentivo para os indivíduos permanecerem no mercado de trabalho ou para aumentarem o seu tempo de trabalho (Brooks e Weaver, 2006) ao ligarem o valor das pensões à evolução da esperança de vida, incorporando um mecanismo de equilíbrio automático, os esquemas de Contas Nocionais estão especialmente preparados para ajustar o crescimento do valor das pensões à evolução da economia e da demografia. Por esse motivo, estão mais bem preparados para conter o crescimento da despesa com pensões (Palmer, 2000). Estes esquemas estão mais protegidos contra flutuações no mercado financeiro do que os esquemas de capitalização pura (Góra e Palmer, 2004), visto que não promovem uma acumulação real de capital.

conta que o valor da pensão está diretamente relacionado com a idade de aposentação, passou a existir um incentivo à permanência no mercado de trabalho (Natali, 2011).

O facto de o valor das pensões diminuir automaticamente à medida que a EMV aumenta, existe um incentivo positivo à permanência no mercado de trabalho. Contudo, pode também ser visto como um efeito negativo, já que torna o sistema menos generoso ao diminuir o valor das pensões futuras em nome da sustentabilidade financeira.

5.3 Sistema de Pontos na Alemanha

Na Alemanha, por cada ano de trabalho remunerado um indivíduo acumula pontos. Se o salário anual do trabalhador for equivalente ao salário anual médio na economia alemã, o indivíduo receberá um ponto (Moreira et al, 2019). Num sistema de pontos, a pensão é calculada tendo em conta os pontos acumulados pelo beneficiário ao longo da vida ativa. No caso alemão, a partir de 1992, os pontos em cada ano passaram a depender essencialmente do quociente entre os salários do trabalhador e os salários médios da economia (Lagoa e Barradas, 2018).

Aquando da passagem de um indivíduo à reforma, os pontos acumulados em cada ano são multiplicados por um fator de conversão que tem em consideração as remunerações do trabalhador ao longo da sua carreira contributiva, além da evolução dos salários na economia (Lagoa e Barradas, 2018). No sistema de pontos alemão, os pontos são atribuídos conforme a idade do trabalhador, o tempo que contribuiu e o valor acumulado das contribuições. Após o pedido de reforma, esses elementos são combinados e, através de uma fórmula de cálculo determina-se o valor do benefício a receber. Existem, ainda, situações que garantem pontos adicionais como as profissões de risco, trabalhadores que tiveram filhos, entre outras. Aliado a este sistema de pontos existe o princípio de transparência, em que os trabalhadores no momento presente sabem como é que a sua carreira contributiva está a ser construída.

No caso da Alemanha, a proteção pública à velhice assenta em pensões contributivas geridas em repartição. Estas pensões são calculadas de acordo com um sistema de pontos definido pela média dos ganhos salariais nacionais anuais. Aos 65 anos o prazo de garantia é de 5 anos de contribuições pagas e as pensões são valorizadas anualmente de acordo com a evolução do índice de salários, das taxas contributivas e da relação entre pensionistas e contribuintes. Os pensionistas com rendimentos abaixo dum certo montante são apoiados pela Assistência Social (Pais, 2010). Na Alemanha, os trabalhadores podem inscrever-se em sistemas previdenciais privados complementares ao obrigatório oferecido pelo Estado.

Na Alemanha, os reformados que possuem baixos rendimentos têm acesso à assistência social. O sistema público de pensões da Alemanha possui, tal como em Portugal, um sistema

PAYG relacionado com os ganhos, no qual o cálculo das pensões se baseia num sistema de pontos (Eichhorst et al, 2011).

Desde o início dos anos 90, foram realizadas diversas reformas na Alemanha. As mudanças verificadas ocorreram no sentido de beneficiar aqueles que se aposentam cada vez mais tarde e de desenvolver, adicionalmente, os esquemas de pensões do segundo e terceiro pilar⁸, a chamada pensão *Riester*, que subsidia contribuições. Da mesma forma, os pagamentos estatutários relativos às reformas foram ajustados por uma fórmula que tem em consideração a relação entre a dimensão da força de trabalho e o número de reformados. Além disso, a ILR será adiada dois meses por ano, de 2012 para 2024, até aos 67 anos, em 2029. Os sucessivos aumentos da ILR serão cruciais na garantia da sustentabilidade financeira dos sistemas no futuro. Os ajustes do sistema de pensões em relação a vidas ativas mais longas e a contribuições mais altas implicam que o peso do ajuste recaia, principalmente, sobre a população em idade ativa.

6. Estudo Comparativo: Indicadores de Análise, Reformas e Sustentabilidade

Os países incluídos na análise foram escolhidos tendo em conta as características de diferenciação na reforma dos seus sistemas, independentemente dos diferentes horizontes temporais em que ocorreram tais reformas.

O tipo de investigação desenvolvido anteriormente focou-se na descrição das características dos sistemas comparados e das suas reformas. Aqui, inicia-se uma sistematização de indicadores que exercem influência na sustentabilidade dos sistemas de pensões. Este tipo de arquitetura permitirá construir quadros de sistematização conducentes a sínteses comparativas, evidenciando uma relação entre tipo de reforma e performance esperada em termos de sustentabilidade dos sistemas no longo prazo.

6.1 Indicadores em Análise

No subcapítulo que agora se inicia serão escolhidos e analisados os indicadores que servirão de suporte à análise comparativa. Os indicadores serão divididos em três grandes grupos: os indicadores macroeconómicos, que darão uma visão mais alargada da despesa pública gasta com pensões e como deverão ser feitas as contribuições obrigatórias para futuras pensões; os indicadores demográficos fornecem um complemento à anterior análise

⁸ O modelo das pensões de reforma é organizado com base em três pilares: um primeiro pilar público de natureza universal, gerido pelo Estado e financiado por via fiscal; um segundo pilar de gestão privada, mas de participação obrigatória, integrado por planos de pensões profissionais; e um terceiro pilar de base individual e voluntária, dirigido a todos aqueles que pretendem garantir um rendimento suplementar na velhice. Na Alemanha, o sistema de pensões é caracterizado como “Three Layer System”: pensões são controladas pelo governo, é obrigatório e financiado em regime de repartição; regimes de iniciativa empresarial, natureza facultativa financiado em regime de capitalização; pensões privadas de natureza facultativa financiado em regime de capitalização. No balanço contabilístico das empresas alemãs, existe uma reserva correspondente à responsabilidade assumida relativamente ao plano de pensões instituído (Comissão do Livro Branco da Segurança Social, 1998).

macroeconómica porque introduzem uma série de questões biológicas e laborais que interferem diretamente com o comportamento dos sistemas de segurança social e com a sustentabilidade destes no longo prazo. Estes indicadores são, segundo diversos autores citados anteriormente, os que mais influenciam o sistema de pensões de qualquer país. Por fim, surgem os indicadores microeconómicos e de bem-estar que irão espelhar questões relacionadas com a formação e cálculo da pensão e, posteriormente, a análise da adequação desses valores aos padrões de bem-estar e qualidade de vida do pensionista.

Tabela 3: Indicadores que suportam o Estudo Comparativo

A. Indicadores Macroeconómicos	B. Indicadores Demográficos	C. Indicadores Microeconómicos de Bem-estar
A.1 Despesa Pública em Pensões , mostra a proporção do produto interno bruto alocado às pensões públicas nacionais e qual a participação geral das pensões públicas no orçamento do governo.	B.1 Índice Sintético da Fecundidade , índice que mede a renovação de geração. Este índice, conjugado com o aumento contínuo da esperança média de vida, implicará profundas mudanças nos sistemas de pensões.	C.1 Taxas Líquida de Substituição da Pensão , reflete o rendimento disponível na situação de reforma em comparação com o rendimento disponível no mercado de trabalho.
A.2 Despesa Privada com Pensões analisa o total dos gastos com benefícios em regimes privados obrigatórios, quase-obrigatórios e voluntários.	B.2 Esperança de Vida : O segundo motor do envelhecimento populacional é o constante aumento da esperança média de vida. Indicadores como a esperança de vida à nascença e esperança de vida aos 65 e mais anos são cruciais em qualquer análise económica da sustentabilidade dos sistemas de pensões.	C.2 Riqueza Líquida da Pensão tem em consideração a idade da reforma, a indexação dos benefícios e a esperança de vida.
A.3 Contribuições Obrigatórias para Futuras Aposentações , ou seja, o que os trabalhadores devem pagar no presente para o acesso às suas futuras pensões.	B.3 Índice de Dependência de Idosos : diz respeito ao grau de envelhecimento medido pela divisão do número de pessoas com 65 e mais anos em relação ao número de pessoas em idade ativa (20-64).	C.3 Evolução dos Rendimentos das Pensões tendo em conta dois indicadores: salário médio em paridades de poder de compra com as taxas de substituição das pensões.
A.4 Projeções da Despesa Pública com Pensões 2015-2060	B.4 Idade Normal e Efetiva de Saída do Mercado de Trabalho, Esperança de Vida à Saída do Mercado de Trabalho e Anos de Vida Saudável aos 65 anos mede a diferença entre a idade em que um trabalhador sai do mercado de trabalho com a idade normal de saída, que por si só já tem impacto no cálculo das pensões em sistemas de repartição. Adicionalmente, este indicador tríplice permite perceber qual a esperança de vida após a saída de mercado de trabalho e quanto desses anos serão vividos em média com saúde.	
A.5 Direitos Brutos de Pensão de Trabalhadores com Baixo e Médio Rendimento: intervalo de desemprego de 5 anos vs trabalhador com uma carreira completa demonstra qual a % do total da reforma receberá um assalariado baixo e médio com uma interrupção de 5 anos devido a situação de desemprego.		

Fonte: Elaboração Própria

6.2 Indicadores Macroeconómicos

Tabela 4: A.1 Despesa Pública com Pensões (velhice e sobrevivência)

	Despesa (% dos gastos totais do governo)		Despesa (% do PIB)					Despesa em termos líquidos (% do PIB)
	2000	2015	1990	2000	2005	2010	2015	2015
Alemanha	24,2	23,1	9,5	10,8	11,1	10,6	10,1	9,7
Chile	-	-	8,0	5,0	3,7	3,4	2,9	2,9
Portugal	18,3	27,7	4,8	7,8	10,0	12,0	13,3	13,3
Suécia	12,9	14,4	7,3	6,9	7,2	7,3	7,2	5,5
OECD	16,3	18,4	6,3	6,6	6,8	7,7	8,0	7,3

Fonte: OECD Social Expenditures Database (SOCX).
OECD Main Economic Indicators Database.

Os gastos públicos em pensões para idosos e benefícios de sobrevivência na OCDE aumentaram de uma média de 6,3% do PIB para 8,0% entre 1990 e 2015. Os únicos países que se encontram abaixo da média da OCDE são o Chile e a Suécia. O Chile registou, ao longo dos 25 anos, uma contínua diminuição dos gastos públicos com pensões em percentagem do PIB. O único país que apresenta um aumento contínuo é Portugal. Portugal é, também, quem apresenta o maior gasto com pensões desde 2010. Até então a Alemanha era o país que maior percentagem apresentava.

As pensões públicas são geralmente o maior item de despesa social de um país com a exceção do Chile. Por fim, a Suécia é o único país que apresenta desde 2010 percentagens de despesa em relação ao PIB inferiores à média da OCDE.

Tabela 5: A.2 Despesa Privada com Pensões (velhice e sobrevivência)

	Tipo de Esquema	Despesa (% do PIB)					Gastos em benefícios públicos e privados (% do PIB)	Incentivos Fiscais (% do PIB)
		1990	2000	2005	2010	2015	2015	2015
Alemanha	V	0,7	0,7	0,7	0,8	0,8	10,9	1,0
Chile	M	0,3	1,1	1,2	1,3	1,4	4,3	0,4
Portugal	V	0,3	0,2	0,3	0,2	0,7	14,0	0,0
Suécia	q/m	1,2	1,7	1,9	2,3	2,9	10,1	
OECD		0,7	1,2	1,2	1,4	1,5	9,5	0,6

Fonte: OECD Social Expenditures Database (SOCX).
OECD Main Economic Indicators Database.

Nota: Por tipo de pensão: m = obrigatório, q/m = quase obrigatório e v = voluntário

Em oposição à tabela anterior, relativamente a esquemas privados, o Chile e a Suécia apresentam um aumento contínuo da despesa entre 1990 e 2015. A Suécia tem maior aumento percentual, registando um aumento de 1,7 pontos percentuais (pp) de 2015 face a 1990. É, também, o país que apresenta uma percentagem sempre acima da média dos países da OCDE.

Do outro lado da tabela situa-se a Alemanha e Portugal. Como são os únicos em que os esquemas privados são voluntários, registam uma menor percentagem de gastos em função do PIB com estes esquemas (privados). Portugal foi oscilando tendo, em 5 anos (2015 em relação a 2010), registado um aumento de 0,5 pp. Este aumento pode ser explicado pela diminuição dos rendimentos das pensões públicas e da generosidade do sistema, levando os portugueses a procurar voluntariamente produtos financeiros de poupança como PPR e Fundos de Pensões.

Tabela 6: A.3 Taxas médias de contribuições (% do salário médio) obrigatórias para a formação de futuras pensões

	Público				Privado				Taxa média de contribuição	
	Empregado		Empregador		Empregado		Empregador			
	2018	2014	2018	2014	2018	2014	2018	2014		
Alemanha	9,3	9,5	9,3	9,5	-	-	-	-	18,6	18,9
Chile	-	-	-	-	11,2	11,2	1,2	1,15	12,4	12,3
Portugal	7,2	6,4	15,5	13,8	-	-	-	-	22,7	20,2
Suécia	7,0	7,0	10,2	11,4	-	-	4,5	4,5	21,7	22,9
OCDE33									18,4	-

Fonte: Country profiles and American Social Security Administration, Social Security Programs Throughout the World. OECD (2013). Revenue Statistics.

Nota: Na Alemanha, a taxa de contribuição também financia pensões por invalidez. Na Suécia, no esquema privado, a taxa varia de acordo com a idade e o nível de rendimentos. As taxas de contribuição pública indicadas incluem contribuições para regimes obrigatórios de pensões profissionais ou pessoais. Para o Chile, os valores indicados incluem uma taxa de 1,15% para pensões de sobrevivência e uma taxa de 1,23% para custos administrativos. A contribuição total inclui pagamentos de pessoas que não estão empregadas (principalmente os trabalhadores por conta própria).

A maior taxa média de contribuição obrigatória é de 22,7%, registada em Portugal. Deste valor, 15,5% é pago pelos empregadores enquanto que 7,2% é pago pelos trabalhadores (esquema público). Por outro lado, a menor taxa média de contribuição obrigatória é registada no Chile (12,4%), paga maioritariamente pelo trabalhador (esquema privado).

A Alemanha apresenta uma taxa média de contribuição obrigatória de 18,6% (esquema público), em linha com a média dos países da OCDE, com uma divisão equitativa entre trabalhadores e empregadores (9,3%).

Por sua vez, a Suécia é o único país que apresenta taxas de contribuição em ambos os esquemas – público e privado. A Suécia apresenta uma taxa média de contribuição obrigatória de 21,7% dos quais 17,2% correspondem ao esquema público. Neste esquema, 7,0% é pago pelos empregados e 10,2% pelos empregadores. No que respeita ao sistema privado, apenas os empregadores é que apresentam uma taxa de contribuições obrigatórias (4,5%).

Quando comparados os valores (2014 face a 2018), é notório que a Alemanha e a Suécia registam uma diminuição da sua taxa média de contribuição, ao passo que Portugal e o Chile

registam um aumento. Ainda assim, a distribuição entre esquema público e privado continua a ser a mesma.

Tabela 7: A.4 Projeções da Despesa Pública com Pensões (2015-2060) - valores em % do PIB

	2015-2016	2020	2025	2030	2035	2040	2045	2050	2055	2060
Alemanha	10,1	10,3	10,8	11,5	11,9	12,0	12,1	12,2	12,4	12,5
Chile	5,1							4,2		
Portugal	13,5	13,6	13,9	14,3	14,7	14,7	14,5	13,7	12,8	12,0
Suécia	8,2	7,6	7,4	7,2	7,0	6,8	6,6	6,6	6,8	7,0
OECD	8,8							9,4		

Fonte: European Commission (2015). 2015 Ageing Report; Standard & Poor's (2016). Global Aging 2016: 58 Shades of Gray.

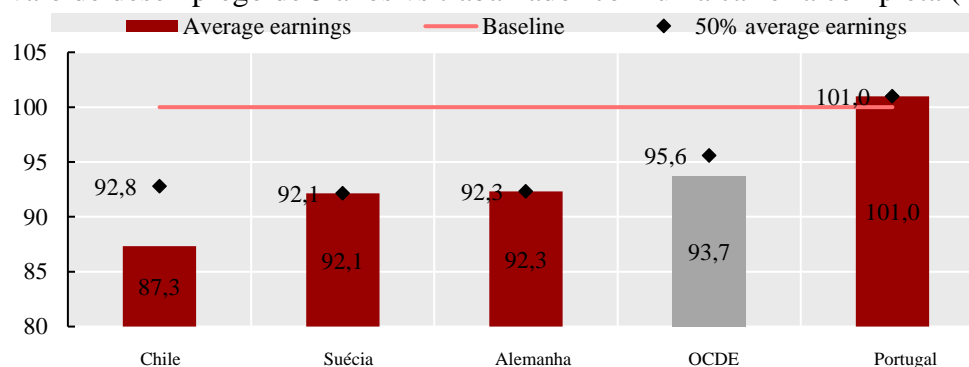
Nota: OCDE engloba apenas os 28 países para os quais estão disponíveis dados completos entre 2010-2015 e 2050.

De 2015/6 para 2060, prevê-se que exista um aumento contínuo da despesa pública com pensões na Alemanha. Em Portugal, existirá um aumento de 0,2 pp de 2050 face a 2015/6; ainda assim este aumento só é contínuo de 2015/6 até 2040. Após este ano, prevê-se uma diminuição gradual da despesa pública pelo menos até 2060 (último ano da disponível para análise).

Do outro lado do espectro da análise situam-se a Suécia e o Chile. Ambos os países registam uma diminuição da projeção da despesa pública com pensões de 2050 em comparação com 2015/6. Na Suécia é possível constatar que essa diminuição será contínua até 2050 e que a partir deste ano volta a ter ligeiros aumentos.

Este indicador vem, uma vez mais, reforçar as conclusões retiradas nos indicadores A.1 e A.2, explicadas à luz das reformas implementadas nos países, realçando a ideia de que reformas estruturais farão com que os sistemas públicos dos países mais poupem com pensões. Ao passo que as reformas paramétricas não.

Figura 5: A.5 Direitos Brutos de Pensão de Trabalhadores com Baixo e Médio Rendimento: intervalo de desemprego de 5 anos vs trabalhador com uma carreira completa (2018)



Fonte: OCDE pension models

Nota: Portugal teve ao aumento da idade de reforma devido à interrupção da carreira. Os indivíduos entram no mercado de trabalho aos 22 anos em 2018. A pausa no desemprego começa em 2031.

A maioria dos países da OCDE visam proteger os primeiros períodos de ausência do mercado de trabalho devido a desemprego. Em média, 5 anos de desemprego resultará numa pensão de 93,7% da de um trabalhador que aufera um salário médio em plena carreira. Para pessoas com baixos rendimentos, o impacto da interrupção de carreira nos seus benefícios de pensão é menor. Ou seja, 5 anos de desemprego resultará numa pensão de 95,6% da de um trabalhador que aufera um salário baixo.

No Chile, a perda de pensão após um período de desemprego de 5 anos é de cerca de 12,7% para um assalariado médio. Contudo, apesar do Chile ser o que mais penaliza o desempregado que aufera um rendimento médio é, também, o que regista maior diferença entre a proteção do desempregado assalariado médio com a do desempregado de baixos rendimentos. Ou seja, a perda de pensão após um período de desemprego de 5 anos é de cerca de 7,2% para um baixo assalariado. A seguir a Portugal, o Chile é o país que mais protege as pessoas que menos ganham porque as pensões mínimas desempenham um papel crucial.

Em Portugal, a prestação na reforma será superior, mas o indivíduo necessita de trabalhar mais um ano, para obter uma pensão completa (ou seja, sem penalização). Tal facto é explicado pela indexação das prestações em pagamento ao trabalhador em plena carreira se situar abaixo do crescimento dos salários.

6.3 Indicadores Demográficos

Tabela 8: B.1 Índice Sintético de Fecundidade

	1960	1980	2000	2020	2040	2060
Alemanha	2,27	1,51	1,35	1,59	1,67	1,71
Chile	4,75	2,94	2,20	1,65	1,57	1,61
Portugal	3,12	2,55	1,46	1,29	1,49	1,61
Suécia	2,25	1,66	1,56	1,85	1,84	1,83
OCDE	3,19	2,26	1,67	1,66	1,68	1,71

Fonte: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, (2019).
World Population Prospects 2019, Online Edition.

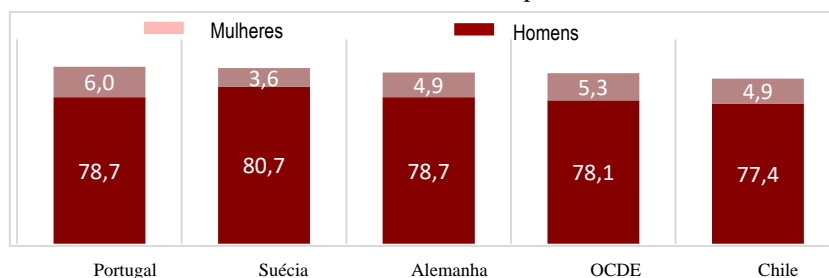
Todos os países apresentam uma diminuição contínua do ISF entre 1960 e 2020, explicada pela entrada mais tardia da mulher no mercado de trabalho. É notório que hoje a população estuda até mais tarde e há uma mudança de paradigma quanto ao papel da mulher na sociedade e a preocupação desta com a sua carreira, adiando o projeto de serem mães. Contudo, Portugal e o Chile estavam bastante acima da média da OCDE entre 1960 e 1980, neste indicador. Na

atualidade, a Suécia é o único país que regista um ISF acima da média da OCDE e é, também, o país que apresenta uma menor variação face aos valores do ISF em anos anteriores.

As projeções futuras demonstram que, de uma forma generalizada, o número médio de filhos por mulher aumentará. Esta perspetiva terá impacto positivo nas pirâmides demográficas dos países bem como nos seus sistemas de segurança social, nas gerações seguintes.

Figura 6: B.2 Esperança de Vida à Nascença (em anos por sexo)

Baseado nas taxas de mortalidade do período 2015-2020



Fonte: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, (2019). World Population Prospects 2019, Online Edition.

O aumento notável da EMV é uma das maiores conquistas do século passado, mercê dos desenvolvimentos da medicina, investigação biomédica, desenvolvimento e melhoramento de fármacos e das redes de cuidados continuados. As vidas continuam a prolongar-se no tempo e prevê-se que esta tendência continue, embora o ritmo de aumento seja mais ligeiro. Entre 2015-2020, a EMV à nascença foi em média de 78,1 anos para homens e 83,4 anos para mulheres.

Dos países analisados, Portugal é o que regista maior diferença entre homens e mulheres em oposição à Suécia. Contudo, estes são os países que apresentam uma EMV à nascença superior no conjunto dos países analisados. Conjugado com o ISF apresentado anteriormente, no mesmo período de análise, visto na perspetiva deste indicador, e mantendo tudo o resto constante, podemos constatar que Portugal é aquele que apresenta um desafio maior em termos de sustentabilidade da segurança social, pois em 2020 é o país que apresenta menor ISF e dos que apresenta maior EMV à nascença.

Em comparação, a Suécia e a Alemanha apresentam situações mais favoráveis. Ainda assim, todos os países em análise enfrentam as mesmas restrições de insustentabilidade no longo prazo porque todos os países em análise não apresentam um ISF suficiente para a renovação de geração ($ISF = 2,1$ filhos por mulher). Para os cálculos da sustentabilidade, indicadores como a população em idade ativa ou o índice de dependência de idosos serão cruciais para se refletir o peso dos sistemas de Segurança Social em cada um dos países.

Tabela 9: B.3 Índice de Dependência de Idosos (valores históricos e projeções)

	1950	1960	1990	2020	2050	2080
Alemanha	16,2	19,1	23,5	36,5	58,1	59,5
Chile	7,2	7,9	10,9	19,7	44,6	67,5
Portugal	13,0	14,8	23,9	38,6	71,4	72,3
Suécia	16,8	20,2	30,9	35,9	45,5	53,4
OCDE	13,9	15,5	20,6	31,2	53,4	60,8

Fonte: United Nations, Department of Economic and Social Affairs (2019), World Population Prospects 2019, Online Edition.

Um IDI mais próximo de 100, significa que a proporção entre a população com 65 e mais anos em relação à população com idades compreendidas entre 15 e 64 anos está cada vez mais desigual. Tal indicador, juntamente com os anteriores indicadores demográficos, demonstra o peso crescente, e em aceleração, de pessoas que recebem reforma face aquelas que se encontram no mercado de trabalho.

Sistemas como o português (repartição PAYG) enfrentaram com maior dificuldade este problema, uma vez que são as pessoas que atualmente trabalham, com as suas contribuições para o sistema, sustentam o pagamento das pensões às pessoas que hoje se aposentam.

Analisando os dados presentes na tabela 9, é possível verificar que todos os países apresentam aumentos contínuos do IDI. Contudo, dos países analisados, Portugal e o Chile são os que se destacam pela negativa, apresentando uma evolução indesejável acentuada deste índice. Ainda assim, dos países referidos anteriormente, em termos de sustentabilidade da segurança social, Portugal enfrenta um maior desafio dado o seu tipo de sistema/regime. Por outro lado, a Suécia é o que apresenta um menor aumento do índice, facto que, juntamente com a reforma feita em 1994, terá um impacto mais positivo para o país em termos de sustentabilidade a longo prazo da SS.

Tabela 10: B.4 Idade Efetiva e Normal de Saída do Mercado de Trabalho, Esperança de Vida à Saída do Mercado de Trabalho e Anos de Vida Saudável aos 65 anos (2018)

	Homens				Mulheres			
	Efetiva	Normal	Esperança de vida após saída de mercado de trabalho	Anos de vida saudável aos 65 anos ⁹	Efetiva	Normal	Esperança de vida após saída de mercado de trabalho	Anos de vida saudável aos 65 anos
Alemanha	64,0	65,5	19,1	11,5	63,6	65,5	22,5	12,2
Chile	70,0	65,0	14,7		66,7	65,0	19,7	
Portugal	68,5	65,2	15,7	7,8	65,4	65,2	21,6	6,9
Suécia	66,4	65,0	18,0	15,6	65,4	65,0	21,3	15,8
OECD	65,4	64,2	17,8		63,7	63,5	22,5	

⁹ Não foram encontrados dados para o Chile nem para a média dos países da OCDE para o ano de 2018.

Fonte: OECD estimates based on the results of national labour force surveys and the European Union Labour Force Survey; OECD calculations based on United Nations Population Prospects: 2019 Revision. Elaboração Própria.

A idade média efetiva de saída do mercado de trabalho é, regra geral, superior nos homens. Ainda assim, quer homens quer mulheres tendem a sair efetivamente mais tarde do mercado de trabalho do que o que seria esperado.

Os anos de vida esperados após saída do mercado de trabalho medem a esperança de vida após a saída do mercado de trabalho. Assim sendo, o indicador de anos de vida saudável após a saída do mercado de trabalho torna-se crucial para perceber os padrões de vida e de bem-estar e, indiretamente, a desoneração relativa da despesa pública sobre os sistemas de saúde.

O número médio de anos de vida esperados após a saída do mercado de trabalho nos países da OCDE aumentou substancialmente com o decorrer do tempo.

Portugal foi, em 2018, o segundo país com maior discrepância entre a idade normal de saída do mercado de trabalho e a idade efetiva com que saem do mercado laboral (3 anos e 3 meses). Após saída do mercado de trabalho, é dos países em que se vive menor anos com saúde, o que significará maior pressão nos gastos com o SNS. Em oposição encontramos a Suécia, cuja diferença é menor (em média, é de 1 ano e 4 meses) e o maior número de anos de vida com saúde após saída do mercado de trabalho.

6.4 Indicadores Microeconómicos e de bem-estar

Tabela 11: C.1 Taxa Líquida de Substituição da Pensão

	Ganhos individuais, múltiplos da média ¹⁰											
	Homens						Mulheres					
	0,5		1		1,5		0,5		1		1,5	
	2018	2010	2018	2010	2018	2010	2018	2010	2018	2010	2018	2010
Alemanha	56,1	55,6	51,9	57,9	51,4	57,2	56,1	55,6	51,9	57,9	51,4	57,2
Chile	44,6	74,4	37,3	64,3	37,9	62,7	42,6	61,7	34,4	49,9	34,9	46,3
Portugal	88,0	73,4	89,6	69,2	89,0	70,5	88,0	73,4	89,6	69,2	89,0	70,5
Suécia	60,7	67,0	53,4	53,6	68,9	72,6	60,7	67,0	53,4	53,6	68,9	72,6
OCDE¹¹	68,3	82,8	58,6	68,9	54,7	63,5	67,6	82,8	57,6	68,9	53,7	63,5

Fonte: OECD pension models. Elaboração Própria.

A Taxa Líquida de Substituição da Pensão (TLSP) reflete o rendimento disponível na reforma, em comparação com o rendimento disponível no mercado de trabalho.

¹⁰ Nos ganhos individuais, consideram-se os múltiplos de média. Assim sendo, a coluna referente a 1,0 corresponde aos trabalhadores que auferem um salário médio (100% do salário médio). A coluna referente aos 0,5 corresponde aos salários mais baixos (metade (50%) do salário médio do salário médio dos trabalhadores). A coluna referente aos 1,5 dizem representa os salários mais elevados (metade acima do salário médio, ou seja, 150% do salário médio).

¹¹ Os dados da OCDE em 2010 contabilizam um total de 34 membros, enquanto que os dados da OCDE em 2018 contabilizam um total de 36 membros.

O valor mais elevado é registado em Portugal (89,6%), ou seja, para um trabalhador com uma carreira completa e um salário médio, a sua reforma irá corresponder a 89,6% do seu salário. Seguem-se a Suécia e Alemanha, que registam TLSP semelhantes (53,4% e 51,9% respetivamente). Do lado oposto encontra-se o Chile, registando uma TLSP de 37,3% nos homens e 34,4% nas mulheres.

Portugal é, em 2018, o país em que os valores da reforma mais se assemelham aos valores auferidos no mercado de trabalho, o que constitui uma característica de generosidade do sistema, visto na perspetiva deste parâmetro. Ainda assim, tal indicador não significa que os futuros pensionistas portugueses sejam aqueles que auferem mais em termos líquidos nem significa que sejam os que tenham maior poder de compra para fazer face às despesas que, naturalmente, com o avançar da idade, serão outras.

Se seguirmos uma ótica de análise por país é visível que, em 2018, a Alemanha e o Chile registam o maior valor da TLSP no grupo dos que menos auferem. Por sua vez, Portugal regista o maior valor da TLSP nos assalariados médios. Em oposição, na Suécia a maior TLSP acontece nos que auferem maiores rendimentos.

Os dados demonstram que os impostos e contribuições sociais que as pessoas pagam sobre os seus rendimentos são maiores do que o que pagam nas suas reformas. Tal facto deve-se à progressividade dos sistemas tributários e a menores contribuições sociais em benefício da pensão.

A TLSP na média dos países da OCDE é em 2010 sempre superior à de 2018 para qualquer tipo de assalariado. Contudo, na análise individual de cada país é visível que Portugal é o único país que regista um aumento de 2010 para 2018 em todos os níveis de assalariados e em ambos os sexos. Todos os outros países registam uma diminuição, em especial, o Chile, registando a maior diminuição percentual no período, demonstrando a diminuição da generosidade do sistema de pensões chileno, em grande medida devido aos efeitos da reforma estrutural de 1981.

Tabela 12: C.2 Riqueza Líquida da Pensão (por ganhos)

	Ganhos individuais, múltiplos de média											
	Homens						Mulheres					
	0,5		1		1,5		0,5		1		1,5	
	2018	2010	2018	2010	2018	2010	2018	2010	2018	2010	2018	2010
Alemanha	11,2	6,9	10,4	6,1	10,3	5,7	12,4	8,3	11,5	7,4	11,4	6,8
Chile	8,2	8,1	6,9	5,8	7	5,1	8,5	9	6,9	6,1	7	5,1
Portugal	13,9	8,9	14,1	8	14	7,6	15,7	10,3	16	9,1	15,9	8,6
Suécia	10,8	8,9	9,5	6,6	12,4	7,9	11,6	9,9	10,2	7,5	13,3	8,8
OCDE	12,4	11,2	10,6	8,2	9,9	7,1	13,8	13,1	11,7	9,6	10,9	8,2

Fonte: OECD pension models. Elaboração Própria.

A Riqueza Líquida da Pensão (RLP) corresponde ao valor presente de fluxos de benefícios das pensões, tendo em consideração os impostos e as contribuições previdenciárias que os reformados devem pagar sobre as suas pensões. É medido e expresso como um múltiplo dos ganhos individuais anuais líquidos no respetivo país.

Portugal, em 2018, foi o país que apresenta uma maior RLP para todos os níveis de assalariados, seguida da Alemanha, Suécia e por fim Chile. À exceção do Chile, a RLP em relação aos ganhos individuais anuais é maior para as mulheres do que para os homens. Tal facto é explicado pela maior EMV destas. Em 2010, Portugal e Suécia igualavam posições apresentando a maior RLP nos homens menos assalariados (0,5) e nos homens mais assalariados (1,5). Ainda assim, Portugal destaca-se como o país com maior RLP nos assalariados médios, em ambos os sexos, e nas mulheres menos assalariadas. Por sua vez, a Suécia regista maior RLP quando se trata das mulheres mais bem remuneradas.

É visível que, de 2010 para 2018, existiu um aumento da RLP em todos os países e em todos os níveis de assalariados com a exceção do Chile nas mulheres que auferem menos. As médias da OCDE seguem as mesmas tendências.

De 2010 a 2018, a Suécia e a Alemanha invertem posições. Este indicador quando comparado com o anterior, evidencia que para qualquer tipo de assalariado, a Suécia regista uma TLSP superior à da Alemanha.

Os principais determinantes das diferenças entre países são, de forma combinada, as diferenças na TLSP, na duração do período de reforma medido pela EMV e nas regras de indexação.

Tabela 13: C.3 Evolução dos Rendimentos das Pensões: salário médio em paridades de poder de compra versus taxa de substituição das pensões

	Salário médio da OCDE						Taxa de câmbio, moeda nacional por USD				Taxa líquida de substituição da pensão (média de todos os assalariados)	Valor monetário da pensão em PPC ¹²
	Moeda Nacional		USD, taxa de câmbio do mercado		USD, PPC		Taxa de mercado		PPC			
	2008	2018	2008	2018	2008	2018	2008	2018	2008	2018	2018	2018
Alemanha	41.400	50.546	60.500	59.664	50.600	66.521	0,68	0,85	0,82	0,76	53,13%	35342,61
Chile	5.826.000	9.669.058	11.200	15.078	15.900	23.883	522,46	641,28	365,73	404,85	38,62%	9223,61
Portugal	16.100	18.343	23.500	21.652	25.100	30.908	0,68	0,85	0,64	0,59	88,87%	27467,94
Suécia	352.500	453.539	53.400	52.176	39.900	50.839	6,60	8,69	8,84	8,92	61,00%	31011,79
OECD			37.200	41.479	32.900	45.624					60,08%	27410,89

Fonte: OECD (2019a), Taxing Wages 2019, OECD Publishing, Paris. OECD's National Accounts database. Elaboração Própria.

Nota: USD = Dólar dos Estados Unidos da América, PPP = paridades de poder de compra.

¹² O valor monetário da pensão em PPC foi obtido, por construção própria, através da multiplicação do salário médio da OCDE em PPC com a TLSP (média) / 100. Este indicador permitirá analisar e comparar o poder aquisitivo da pensão de cada país em análise.

A tabela mostra os diferentes níveis de salários médios¹³ dos países da OCDE para o ano de 2018 e 2008. Os valores dos salários médios presentes na tabela são expressos em moedas nacionais, em dólares americanos para poder permitir a comparação entre países e, na conversão dos dólares americanos em paridades de poder de compra.

Quando observados os ganhos salariais médios e os ganhos salariais médios em Paridades de Poder de Compra (PPC), verificamos que os valores mais elevados em ambos os anos (2008 e em 2018) registam-se na Alemanha seguida da Suécia, Portugal e Chile. Contudo, quando comparamos 2018 com 2008, verificamos que houve uma redução dos ganhos salariais médios em todos os países, exceto no Chile que registou um aumento de USD 3.878. Este aumento pode ser explicado pela nova reforma chilena do século XXI, que complementou o sistema privado com dois novos esquemas públicos: uma pensão de base universal para os 60% da população com menores rendimentos e sem acesso a pensão e um suplemento financiado pelo Estado para os pensionistas de baixos rendimentos.

Quando multiplicados os valores obtidos na coluna dos salários médios em PPC com a TLSP (média de todos os assalariados), origina-se, por construção, um novo indicador aqui designado por valor monetário da pensão em PPC. Este novo indicador, permite ter uma percepção mais fidedigna em relação à verdadeira capacidade aquisitiva da pensão em termos de bem-estar (poder de compra, consumo e padrão de vida).

Apesar da maior TLSP da pensão ser registada em Portugal, este é o 3º país cuja pensão tem a maior capacidade aquisitiva (ainda assim regista um valor superior ao da média da OCDE). Na Alemanha, um pensionista recebe cerca de 53% do que recebia no mercado de trabalho, mas, ainda assim, o valor monetário da pensão é o que mais traz poder de compra ao pensionista fazendo-o suprimir as suas necessidades e despesas.

Menores TLSP significam maior mudança em termos monetários para o indivíduo que transita do mercado de trabalho para a reforma. No entanto, em termos de bem-estar, poder de compra, consumo e padrão de vida, é mais relevante ter elevados valores monetários da pensão em PPC. Quando comparamos os valores registados em 2008 face aos valores de 2018 constatamos que todos os países sofreram um aumento nos salários médios em PPC.

¹³ O indicador “salário médio” (Average Wage) é definido como o rendimento salarial bruto médio por adulto em tempo integral (OECD, 2007). Este conceito é mais amplo do que a anterior referência (Average Manual Production Worker) porque abrange mais setores económicos e tipologias de trabalho. Os ganhos salariais são definidos como salários brutos antes das deduções de qualquer tipo de imposto ou contribuição, mas incluindo horas extras e outros suplementos pagos a funcionários.

6.5 Análise Crítica

Em termos macroeconómicos, atualmente o país que mais gasta dinheiro com pensões (esquema público) e onde se mais contribui para a formação da pensão é em Portugal, seguido da Alemanha, Suécia e, por fim, Chile.

A reforma estrutural sueca, permitiu retirar algum peso do esquema público de pensões e, conseqüentemente, dos seus trabalhadores e empregadores. Esta reforma permitiu que a Suécia fosse – dos países analisados -, o país mais equilibrado em termos de gastos, registando valores sempre semelhantes com os da média dos países da OCDE. O Chile é o país que menos gasta com pensões, pois privilegia o esquema privado. É, também, o que menos protege o trabalhador e o que apresenta menor taxa média de contribuição paga, na sua maioria, pelo trabalhador.

As reformas estruturais destes dois países permitiram reduzir a despesa pública com pensões em % do PIB e passar do 2º e 3º lugar, respetivamente, dos países que mais gastavam com pensões em % do PIB em 1990 para os 4º e 3º lugar, respetivamente, em 2015. A implementação de esquemas privados aliviou o peso do sistema público de pensões tornando-o fiscalmente mais sustentável, potenciando o crescimento económico e estabelecendo uma ligação clara entre contribuições e benefícios retirados do sistema ao ajustar o valor da pensão à EMV e crescimento económico.

As reformas paramétricas implementadas na Alemanha e em Portugal (fator de sustentabilidade, aumento da ILR, inserção do sistema por pontos) têm tentado aliviar o peso da despesa pública com pensões. Ainda assim, em termos estatísticos, estes dois países continuam a liderar desde 2000 as primeiras posições no que à despesa pública com pensões diz respeito. As projeções futuras continuam a colocar Portugal e a Alemanha no cenário dos países que mais gastarão com pensões em % do PIB.

Maiores taxas médias de contribuições traduzem maior dificuldade em lidar com o envelhecimento demográfico. Tudo se agrava quando o sistema de pensões é unicamente assente no esquema público. Em 4 anos (2014 face a 2018), a Alemanha e a Suécia registam uma diminuição da sua taxa média de contribuição; Portugal e o Chile registam um aumento. A relação das taxas médias de contribuições obrigatórias para a formação de futuras pensões com a despesa com as pensões em % do PIB fazem dos sistemas de pensões, português e alemão, os menos sustentáveis a longo prazo.

Portugal é o país mais generoso com os indivíduos que sofram uma interrupção laboral devida a desemprego por um período de 5 anos, quer em termos de assalariados médios quer de assalariados baixos. Contudo, o Chile é o 4º país mais generoso com os assalariados médios,

mas o 2º mais generoso com os que menos ganham. Esta particularidade pode ser explicada à luz da criação da Pensão Básica Solidária para os 60% da população com menores rendimentos.

As conclusões obtidas através da análise dos indicadores macroeconómicas são, em grande medida, influenciadas pelas questões demográficas de cada país. Contudo, existem países que enfrentam os mesmos desafios demográficos, mas que apresentam sistemas de SS mais sustentáveis a longo prazo. Tal facto deve-se, sobretudo, às decisões tomadas pelos governos de cada país, nomeadamente em termos reformistas.

Atualmente, e no futuro, os países com maior despesa pública com pensões são e serão Portugal e Alemanha. Estes dois países são, respetivamente, os países que apresentam atualmente menor ISF. Analisando projeções futuras, apesar do aumento dos ISF em todos os países, este aumento não será suficiente para garantir a renovação de gerações (ISF=2,1 filhos por mulher). Apesar de Portugal e da Suécia, serem os países que registam maior EMV, a Suécia é o país que apresenta melhor ISF e, conseqüentemente, menor IDI. Estes três indicadores, combinados, permitem perceber que Portugal e a Alemanha enfrentam maior pressão sobre os seus sistemas, provando que as reformas paramétricas introduzidas poderão não ser suficientes para lidar com a insustentabilidade destes sistemas.

Na maioria dos países, a solução encontrada para lidar com os aumentos contínuos da EMV (transversal a todos os países) e baixos ISF passa por prolongar a carreira contributiva de cada trabalhador, aumentando a ILR. A introdução de medidas de incentivo e apoio à natalidade e parentalidade serão fundamentais na melhoria financeira dos sistemas de pensões devendo ser uma das apostas políticas dos nossos decisores.

Em termos de bem-estar, padrão de vida e comportamentos de consumo, Portugal e a Suécia são, em 2010 e em 2018, os países que lideram o ranking da TLSP tendo em conta todos os níveis de assalariados, ou seja, um trabalhador português e sueco que transite do mercado de trabalho para a reforma, auferirá uma pensão monetariamente mais semelhante ao valor que recebia no mercado de trabalho. Todavia, tal não significa que consiga fazer face às suas necessidades; significa sim que não sofre uma quebra tão abrupta nos seus rendimentos.

Quando analisado o ranking da RLP, Portugal continua a liderar a 1ª posição do ranking. De 2018 face a 2010, a 2ª e 3ª posições alteram entre a Suécia e a Alemanha. Querendo isto dizer que em 8 anos, a RLP na Alemanha aumentou. Sendo a RLP um indicador agregado, que tem em consideração a EMV, a ILR e a indexação dos benefícios de pensão, este aumento verificado na Alemanha poderá ser explicado pelo aumento simples ou combinado destes indicadores.

Apesar de Portugal ser o país em que o rendimento proveniente da pensão é mais semelhante ao salário que auferia enquanto trabalhava, e de ser o país que apresenta maior RLP, em termos de PPC, este regista a 3^a. A Alemanha e a Suécia são dos países cujo valor monetário da pensão é maior significando que, apesar da diminuição em cerca de 47% e 39%, respetivamente, dos valores auferidos no mercado de trabalho, em termos aquisitivos, a pensão destes dois países é a mais elevada.

TLSP muito elevadas, como é exemplo Portugal, mantendo tudo o resto constante, representam maior pressão e compromisso sobre o sistema de pensões. A Alemanha é o país europeu com menor TLSP (53,13%) e maior valor monetário da pensão em PPC. Tal facto, deve-se sobretudo à riqueza agregada do país e às suas altas cadeias de valor acrescentado que se traduzem num elevado poder de compra.

As reformas paramétricas que a Alemanha e Portugal implementaram, tiveram diferentes impactos na sustentabilidade dos seus sistemas de pensões. Tal facto, deve-se sobretudo ao diferente crescimento económico dos dois países e à diferente maturidade dos seus sistemas de pensões.

7. Conclusão

Hoje, o contexto económico e social é diferente. Estas diferenças são transversais a todos os países. Hoje vivemos mais tempo, entramos no mercado de trabalho mais tarde, a participação das mulheres no mercado de trabalho é mais ativa, os vínculos laborais são mais flexíveis e incertos, reforça-se a importância da *soft-skills* e repensa-se a relação entre trabalho e lazer e conciliação com a vida familiar. Atravessamos um período em que os nascimentos são cada vez menos, e que o número total de nascimentos é insuficiente para garantir a renovação de gerações ($ISF \geq 2,1$ filhos por mulher). Consequentemente, as pirâmides etárias dos países são invertidas colocando em causa sistemas de pensões PAYG.

Tornar sistemas de pensões sustentáveis a longo prazo implica rever os incentivos à natalidade e parentalidade, garantindo que as medidas não sejam apenas impostas no curto prazo, mas de apoio à educação, formação e cuidados de saúde. Ainda assim, as políticas de incentivo à natalidade não produzem efeitos no curto prazo e, por isso, não têm sido suficientes. Por outro lado, a decisão de emigrar ocorre em muitas situações numa idade em idade ativa e em idade reprodutiva, pelo que a emigração produz um duplo efeito negativo. O impacto financeiro da entrada de imigrantes sobre um sistema PAYG é positivo, devendo este ser considerado e encorajado por parte de quem legisla.

Elevadas taxas de desemprego, contribuem também negativamente para a sustentabilidade dos sistemas de pensões. Ora seja porque diminui o número de pessoas que se encontram a contribuir para a formação das pensões dos que se reformam, ora porque o Estado tem o duplo peso de ter de assegurar subsídio de desemprego a estes indivíduos e continuar a assegurar a pensão dos que se reformam. Políticas de proteção a carreiras profissionais interrompidas, de melhoria das condições laborais impactadas pela revolução 4.0 serão fundamentais na garantia da sustentabilidade futura dos sistemas de pensões.

De forma a concretizar esse objetivo, muitos países repensaram o desenho dos seus sistemas optando por implementar reformas aos sistemas financiados pelo método de repartição, pois estes iriam causar elevados encargos orçamentais no futuro, devido ao envelhecimento demográfico. Em termos de performance, as reformas estruturais sueca e chilena fizeram com que os sistemas saíssem melhorados, pois já não acarretam os mesmos custos nos orçamentos dos seus governos. Ainda assim, em certa medida, agravaram as desigualdades entre as várias classes sociais, tornaram-se sistemas menos protetores, colocaram maior responsabilidade na formação da pensão no indivíduo questionando a sua capacidade de poupança individual e acarretaram elevados custos administrativos.

As reformas paramétricas assentam, sobretudo, no aumento progressivo da ILR (aumento do período contributivo), na diminuição do montante das pensões e no incremento das transferências financeiras dos orçamentos de Estado, numa ideia de diversificação das fontes de financiamento. Contudo, não têm sido suficientes para lidar com os desafios impostos aos sistemas de pensões.

A reforma do sistema sueco tem sido apontada como uma alternativa ao sistema ao atual sistema de pensões português. O sistema de pensões português é, regra geral, mais generoso no que respeita a relação entre contribuições e o valor da pensão, mais independente face a mercados de capitais, mais protetor das carreiras contributivas mais curtas e com interrupções (como é o caso das mulheres), e tem menor exposição à inflação (Coelho, 2019). Contudo, não está bem preparado para lidar com as trajetórias atuais impostas pela demografia, depende muito de um mercado de trabalho robusto e apresenta incerteza quanto ao contrato intergeracional (Coelho, 2019). Todavia, Portugal apresenta problemas estruturais distintos da Suécia, nomeadamente, em termos de maturidade do sistema de pensões, menores taxas de natalidade e, consequentemente, menor ISF, maior taxa de desemprego, menor TLSP, menor capacidade aquisitiva da pensão, consequência do menor crescimento económico.

O debate público em torno da sustentabilidade da SS não pode ser feito única e exclusivamente numa ótica de redução da despesa pública com pensões. A sustentabilidade depende,

igualmente, da evolução combinada de inúmeras variáveis. As reformas surgem da necessidade de os tornar mais robustos e com melhor capacidade para lidar com os desafios impostos, não esquecendo o bem-estar e a proteção dos cidadãos. A escolha das reformas a implementar assentará, fundamentalmente, num *trade-off* entre restrições atuariais e eficiência económico-financeira versus bem-estar e generosidade/proteção do sistema de pensões. Qualquer reforma exige uma “visão estratégica, respeito pelo esforço contributivo de cada cidadão e de cada geração e tempo de discussão e de concertação social adequados” (Pereira da Silva, 2006).

Este é um tema cujos contributos serão importantes e decisivos para tomadas de decisão futuras. Nesse sentido, toda a investigação deverá ser apoiada e incentivada. Dado que os resultados e impactos das possíveis reformas são observados no longo-prazo, e no sentido de otimizar e antecipar cenários negativos, investigações que assentem em microsimulação que cruzem dados administrativos de diversos subsistemas da AP (economia, educação, saúde, trabalho e segurança social, etc.) numa ótica integrada, devem ser uma aposta de investigação a comunidade académica sobre esta temática.

Referências Bibliográficas

- Alonso, F. (2009). Can the rising pension burden in Europe be mitigated by immigration? Modelling the effects of selected demographic and socio-economic factors on ageing in the European Union, 2008-2050. *Vienna Yearbook of Population Research*, 7. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/227639369_Can_the_rising_pension_burden_in_Europe_be_mitigated_by_immigration_Modelling_the_effects_of_selected_demographic_and_socio-economic_factors_on_ageing_in_the_European_Union_2008-2050
- Andersen, T. M. (2012). Fiscal sustainability and demographics – Should we save or work more? *Journal of Macroeconomics*, 34(2): 264-280.
- Apelles, C. (1994). *Segurança Social, sector privado e empresarial do 5º Estado*. Manual Prático, edição, Rei dos Livros, Lisboa.
- Arcanjo, M. (1991). Análise e Avaliação dos Sistemas de Segurança Social. Um Modelo aplicado a Portugal. *Tese de Doutoramento, ISEG/UTL*, Lisboa.
- Banco de Portugal (2007). MISS: Um Modelo Para Avaliação Da Sustentabilidade Da Segurança Social Pública Portuguesa. Maximiano Pinheiro e Vanda Gerales da Cunha. *Occasional Papers*. Disponível em <https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/papers/op200702.pdf>
- Barr, N. (2002). *The pension puzzle – prerequisites and policy choices in pension design*. Economic issues, International Monetary Fund.
- Barr, N. (2012). Economics of the Welfare State. *Oxford University Press*, 5 edition.
- Borsch-Supan, A. (2003). What are NDC Pension Systems? What Do They Bring to Reform Strategies? Mannheim Institute for the Economics of Aging (MEA), *Mannheim University National Bureau of Economic Research (NBER)*, Cambridge, Mass., USA. Disponível em <https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.196.9759&rep=rep1&type=pdf>
- Bravo, J. M. (2020). Reforma do Sistema de Pensões e Consistência Intertemporal da Protecção Social. In *A Economia numa Perspectiva Interdisciplinar 2*, Atena Editora, janeiro de 2020 (in press). Versão preliminar. Disponível em https://www.researchgate.net/profile/Jorge_Bravo/publication/337720963_REFORMA_DO_SISTEMA_DE_PENSOES_E_CONSISTENCIA_INTERTEMPORAL_DA_PROTECCAO_SOCIAL/links/5de6f07fa6fdcc2837034ddc/REFORMA-DO-SISTEMA-DE-PENSOES-E-CONSISTENCIA-INTERTEMPORAL-DA-PROTECCAO-SOCIAL.pdf
- Bravo, J. (2016). Sustentabilidade, Adequação e Equidade nos Sistemas de Protecção Social: O Desafio da Pirâmide Etária Invertida. In *Instituto da Defesa Nacional (Coord.)*. Políticas Públicas e o Papel do Estado no Século XXI – Ciclo de Mesas Redondas “Ter Estado”, Lisboa, IDN – Instituto da Defesa Nacional, pp. 295-327, Coleção Atena, nº 36. Disponível em https://www.researchgate.net/profile/Jorge_Bravo/publication/311921993_Bravo_J_M_2016_Sustentabilidade_Adequacao_e_Equidade_nos_Sistemas_de_Proteccao_Social_O_Desafio_da_Piramide_Etaria_Invertida_in_Instituto_da_Defesa_Nacional_Coord_Politicas_Publicas_e_o_Papel_do_Estado/links/58628dc608ae6eb871ab1ad1/Bravo-J-M-2016-Sustentabilidade-Adequacao-e-Equidade-nos-Sistemas-de-Proteccao-Social-O-Desafio-da-Piramide-Etaria-Invertida-in-Instituto-da-Defesa-Nacional-Coord-Politicas-Publicas-e-o-Papel-do-Est.pdf
- Brooks, S. M. & Weaver, R. K. (2006). Lashed to the mast? The politics of Notional Defined Contribution pension reforms. *Center for Retirement Research at Boston College*. Disponível em https://crr.bc.edu/wp-content/uploads/2005/12/wp_2005-04.pdf

Cabral, N. C. (2010). *Contribuições para a Segurança Social – natureza, aspectos de regime e de técnica e perspectivas de evolução num contexto de incerteza*. Cadernos do IDEFF, nº 12, Almedina.

Cabral, N. C. (2017). Sustentabilidade da Segurança Social. Justiça entre Gerações: perspetivas Interdisciplinares. Coord. Jorge Pereira da Silva e Gonçalo de Almeida Ribeiro. Lisboa: *Universidade Católica Editora*. Disponível em <https://www.ffms.pt/FileDownload/c78d66a1-dbe6-49be-bed6-fe2320ca1a28/justica-entre-geracoes-perspectivas-interdisciplinares>

Cabral, R., Morais, L., Pereira, P. e Vicente, J. (2017). Estratégias orçamentais 2017-2021: as opções de política. *Policy Paper, Institute of Public Policy*. Disponível em <http://www.ipp-jcs.org/wp-content/uploads/2019/03/IPP-Policy-Paper-10.pdf>

Carolo, D., Vicente, J. A. e Morais, L.T. (2018). O Actual Sistema Público de Pensões em Portugal. *Policy Paper, Institute of Public Policy*. Disponível em http://www.ipp-jcs.org/wp-content/uploads/2019/03/O-atual-sistema-publico-de-p-ens%C3%B5es-em-Portugal_vfinal.pdf

Coelho, M. T. (2019). *Segurança Social - Passado, Presente e Futuro*. Vida Económica – Editorial SA.

Comissão Europeia (2009). Portfolio of indicators for the monitoring of the European strategy for social protection and social inclusion – 2009 update. Employment, Social Affairs and Equal Opportunities DG: Brussels.

Conselho de Finanças Públicas (2014). Sistemas de Proteção Social. *Apontamento do Conselho de Finanças Públicas n.º 2/2014*. Outubro de 2014. Disponível em https://www.cfp.pt/uploads/publicacoes_ficheiros/cfp-sistema-protecao-social.pdf

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças (GPEARI) (2018). Portugal Country Fiche: 2018 Ageing Working Group Pension Projection Exercise. Disponível em https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/economy-finance/final_country_fiche_pt.pdf

Góra, M., & Palmer, E. (2004). Shifting Perspectives in Pensions. *IZA Discussion Paper n.º 1369*, October 2004. Disponível em <http://ftp.iza.org/dp1369.pdf>

Hagen, J. (2017). Pension principles in the Swedish pension system. *Scandinavian, Economic History Review*.

Holzmann, R. (2017). El ABC de los sistemas de contribución definida no financiera. *Instituto BBVA de pensiones*. Disponível em https://www.bbvaedufin.com/wp-content/uploads/2017/09/El-ABC-de-los-sistemas-de-contribuci%C3%B3n-definida-no-financiera_ESP.pdf

Huteau, G. & Le Bonté (1997). *Sécurité sociale et politiques sociales*. 2e édition, Collection Concours Droit, Armand Colin.

Eichhorst, W., Gerard, M., Kendzia, M. J., Mayrhuber, C., Nielsen, C., Rünstler, G. & Url, T. (2011). Pension Systems in the EU – Contingent Liabilities and Assets in the Public and Private Sector. *IZA Research Report No. 42*. Disponível em http://ftp.iza.org/report_pdfs/iza_report_42.pdf

Lagoa, S. & Barradas, R. (2018). Desafios do sistema de pensões em Portugal: reflexões em torno da sustentabilidade financeira e social, dos modelos organizativos e das formas de financiamento. *Segurança Social: Modelos e Desafios*. Conselho Económico e Social. Disponível em https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/15882/1/Seguran_a%20Social%20%28Modelos%20e%20Desafios%29_cap.pdf

Legomsky, S. H. (2012). Immigration Policy from Scratch: The Universal and the Unique. William. & Mary Bill of Rights Journal, 21, 339. Disponível em <https://scho- larship.law.wm.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1637&context=wmborj>

Lindbeck, A., Diamond, P. & Valdés-Prieto, S. (2006). Conceptualization of Non-Financial Defined Contribution Systems. In: Holzmann, R. & Palmer, E. (ed.). *Pension Reform: Issues and Prospects for Non-Financial Defined Contribution (NDC) Schemes*. The World Bank. Disponível em <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/6983/353470REV0Pension0Re- form01PUBLIC1.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

Lindbeck, A. e Persson, M. (2003). The Gains from Pension Reform. *Journal of Economic Literature*, Vol, XLI.

Louça, F., Albuquerque, J. L., Junqueira, V. e Almeida, J. R (2016). *Segurança Social – Defender a democracia*. Bertrand Editora.

Loureiro, J. C. (2010). *Adeus ao Estado Social? – A segurança social entre o crocodilo da economia e a medusa da ideologia dos “direitos adquiridos”*. Coimbra: Wolters Kluwer/Coimbra Editora.

Marcinkiewicz, E. & Chybalski, F. (2014). How to measure and compare pension expenditures incross-country analyses? Some methodological. *International Journal of Business and Management*, Vol. II (4). Disponível em https://www.iises.net/download/Soubory/IJOBM/V2N4/pp43-59_ijobm_V2N4.pdf

Matias, G. S. (2017). Demografia, Migrações e Sustentabilidade Intergeracional. IN *Justiça entre Gerações: perspetivas interdisciplinares*. Coord. Jorge Pereira da Silva e Gonçalo de Almeida Ribeiro. Lisboa: *Universidade Católica Editora*. Disponível em <https://www.ffms.pt/FileDownload/c78d66a1-dbe6-49be-bed6-fe2320ca1a28/justica-entre-geracoes-perspectivas-interdisciplinares>

Mattil, B. (2006). *Pension Systems – sustainability and distributional effects in German and the United Kingdom*. Contributions to economics. Physica-Verlag.

Mendes, F. R. (2005). *Conspiração grisalha. Segurança Social. Competitividade e Gerações*. Celta Editora.

Mendes, F.R. (2011). *Segurança Social: O Futuro Hipotecado*. Fundação Francisco Manuel dos Santos. Lisboa.

Moreira, A, Azevedo, A. B., Manso, L. P & Nicola, R. (2019). *Sustentabilidade do sistema de pensões portugueses*. Fundação Francisco Manuel dos Santos. Disponível em <https://www.ffms.pt/FileDownload/62281dcc-1734-403d-846e-c5b38bc8fa7e/resumo-do-estudo-sustentabilidade-do-sistema-de-pensoes-portugues>

Moscarola, F. C. (2009). Measuring the sustainability of pension systems through a microsimulation model. The case of Italy. *ENEPRI Research Report No. 66 AIM WP 7.1*. Disponível em <http://aei.pitt.edu/10749/1/1781.pdf>

Murteira, M. C. (2011). *A economia das pensões*. Angelus Novus Editora, Coimbra.

Natali, D. (2011). Pensions after the financial and economic crisis: a comparative analysis of 42esafio reforms in Europe. *Working Paper 2011.07, Brussels, ETUI*. Disponível em <https://www.etui.org/sites/default/files/11%20WP%202011%2007%20WEB.pdf>

OECD (2017). Pensions at a Glance 2017: OECD and G20 Indicators. *OECD Publishing*, Paris. Disponível em https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/pension_glance-2017-en.pdf?expires=1598811080&id=id&accname=guest&checksum=040F2E76D66E9509B1036C9195D73063

OECD (2019). Pensions at a Glance 2019: OECD and G20 Indicators. *OECD Publishing*, Paris. Disponível em <https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/b6d3dcfc-en.pdf?expires=1599305230&id=id&accname=guest&checksum=8CCD4463FDBF87A50B4D0BC51525AEAC>

OECD (2019a), Taxing Wages 2019, OECD Publishing, Paris. Disponível em https://www.oecd-ilibrary.org/taxation/taxing-wages-2019_tax_wages-2019-en

Pais, A. (2010). A Proteção Social Pública na velhice em Portugal: evolução histórica de 1919 a 2008. *Dissertação de Mestrado ISEG/UTL*. Disponível em <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/3197/1/Tese%20Final.pdf>

Pallares-Mirallès M, Romero C & Whitehouse, E. (2012). International patterns of pension provision II: A worldwide overview of facts and figures. *Social Protection: Labor Markets, Pensions, Social Assistance. Discussion Paper No. 70319, The World Bank*. Disponível em <http://documents1.worldbank.org/curated/en/143611468168560687/pdf/703190NWP0SPL000Box370035B00PU-BLIC0.pdf>

Palmer, E. E. (2000). The Swedish pension reform model: framework and issues. *Social Protection: Labor Markets, Pensions, Social Assistance. Discussion Paper No. 23086, The World Bank*. Disponível em <http://documents1.worldbank.org/curated/en/559651468761095868/pdf/multi0page.pdf>

Peixoto, J., Craveiro, D., Malheiros, J. & Oliveira, I. T. (2017). *Migrações e sustentabilidade demográfica: Perspetivas de evolução da sociedade e economia portuguesas*. Fundação Francisco Manuel dos Santos. Disponível em <https://www.ffms.pt/FileDownload/4b3c99cf-f49c-4cd2-8ca4-a1ee7b1a77e8/migracoes-e-sustentabilidade-demografica>

Pereira, P.T. (2012). *Portugal: Dívida Pública e Défice Democrático*. Fundação Francisco Manuel dos Santos. Lisboa.

Rosner, P. G. (2003). The economics of social policy. *Edward Elgar Publishing*.

Scherman, K. G. (1999). The Swedish pension reform. *Issues In Social Protection, Discussion paper 7*, International Labour Office Geneva. Disponível em https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---soc_sec/documents/publication/wcms_207699.pdf

Schokkaert, E. & Van Parijs, P. (2003). Social justice and the 42esafios42 Europe's pension systems. *Journal of European Social Policy*, 13. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/249629163_Debate_on_Social_Justice_and_Pension_ReformSocial_Justice_and_the_Reform_of_Europe's_Pension_Systems

Stahlberg, A., Marcela, C. B., Agent, K., & Sunden, A. (2006). *Pension Reforms and Gender: The Case of Sweden*. In *Gender and Social Security Reform: What's Fair for Women*, 175–205. Geneva, Switzerland: International Social Security Association.

Sundén, A. (1998). The Swedish NDC Pension Reform. *Annals of Public and Cooperative Economies*, 69(4): 571-583.

Uthoff, A. (2001). La reforma del sistema de pensiones en Chile: 43esafios pendientes. *CEPAL – Serie Financiamiento del desarrollo. Publicación de las Naciones Unidas*. Santiago de Chile. Disponível em https://oiss.org/wp-content/uploads/2000/01/ANDREAS_UTHOFF.pdf https://oiss.org/wp-content/uploads/2000/01/ANDREAS_UTHOFF.pdf

Uthoff, A. (2011). Reforma al sistema de pensiones chileno. *Sección de Estudios del Desarrollo – CEPAL. Publicación de las Naciones Unidas*. Santiago de Chile. Disponível em https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/5221/1/S1100849_es.pdf

Verbic, M. & Špruk, R. (2014). Aging Population and Public Pensions: Theory and Macroeconometric Evidence. *Panoeconomicus*, 61(3): 289–316. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/270466294_Aging_Population_and_Public_Pensions_Theory_and_Macroeconometric_Evidence

Weintraub, A. (2002). Coexistência do regime de repartição com o regime de capitalização. *Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67542/70152>

World Bank (1994). Averting the old age crisis: policies to protect the old and promote growth. *Oxford University Press for the World Bank*, New York. Disponível em <http://documents1.worldbank.org/curated/en/973571468174557899/pdf/multi-page.pdf>

Zaidi, A. (2010). Fiscal and Pension Sustainability: Present and Future Issues in EU Countries. *Policy Brief. European Centre for Social Welfare Policy and Research: Vienna*. Disponível em <https://www.euro.centre.org/downloads/detail/779>

Legislação

Decreto – Lei n.º 331/2001, de 20 de dezembro

Estabelece o quadro genérico do financiamento do sistema de solidariedade e de segurança social

Decreto – Lei n.º 35/2002, de 19 de fevereiro

Define novas regras de cálculo para as pensões de invalidez e velhice a atribuir pelo sistema de solidariedade e segurança social no âmbito da nova Lei de Bases da Solidariedade e Segurança Social

Lei n.º 28/84 de 14 de agosto

Da segurança social

Lei n.º 17/2000, de 08 de agosto

Aprova as bases gerais do sistema de solidariedade e de segurança social

Lei n.º 32/2002 de 20 de dezembro

Aprova as bases da segurança social

Lei n.º 4/2007 de 16 de janeiro

Aprova as bases gerais do sistema de segurança social

- Artigo 23º - Composição do sistema de segurança social
- Artigo 28º - Composição do sistema de proteção social de cidadania
- Artigo 50º - Objetivos do sistema previdencial
- Artigo 54º - Princípio da contributividade
- Artigo 56º - Obrigações dos contribuintes
- Artigo 81º - Composição do sistema complementar
- Artigo 90º - Formas de financiamento

Anexos

Anexo I - Tabelas de sinopse temporal da evolução dos sistemas

Tabela I.1: Evolução temporal do sistema de Segurança Social Português

	Descrição
Início do Século XX	<p>A 16 de Março de 1935 foi aprovada a Lei n.º1884 que definiu as bases gerais da organização da previdência social.</p> <p>A19 de Julho de 1963, foi publicada a Lei n.º 2120 que define o novo Estatuto da Saúde e da Assistência.</p> <p>A primeira grande reforma da previdência, data 15 de Junho de 1962 (Com a Lei n.º 2115), traduziu-se no alargamento do campo material a eventualidades não cobertas e na permissão de criação de instituições de carácter regional.</p> <p>Alargamento do âmbito da Caixa Nacional de Seguros de Doenças Profissionais.</p> <p>Garantia da proteção na doença, invalidez e velhice aos trabalhadores por conta de outrem.</p> <p>Aprovação, nos anos 60 e 70, do regime jurídico de algumas prestações nomeadamente pensões de sobrevivência, subsídio doença, subsídio de morte.</p> <p>Alteração dos prazos de contribuições com o intuito de garantir o pagamento dos subsídios de invalidez e velhice.</p> <p>Aprovação, nos anos 60 e 70, do regime da previdência aos trabalhadores agrícolas</p> <p>O financiamento da proteção social dos trabalhadores por conta de outrem feito através das contribuições obrigatórias dos trabalhadores e das entidades empregadoras.</p> <p>Eliminação do plafond contributivo.</p>
Revolução de 25 de Abril de 1974	<p>Aumento significativo da responsabilização política do Estado, redistribuição mais igualitária e garantia de um mínimo social de padrões nacionais de vida e proteção social.</p> <p>Com a promulgação da Constituição da República de 1976 consagra-se o conceito de segurança social. No seu 63º artigo reconhece-se o direito universal da segurança social, onde o Estado é o responsável pela organização e pela coordenação de um sistema de segurança social unificado e participado pelas organizações sindicais, e pela subvenção do sistema.</p> <p>Criação de uma nova estrutura orgânica da segurança social, com o Decreto-lei n.º 549 de 31 de Dezembro de 1977, assente em três pilares fundamentais: integração, descentralização e participação.</p> <p>Regulamentação do abono de família como um direito das crianças.</p> <p>Cobertura dos riscos de doença, velhice, invalidez, sobrevivência, desemprego, e outro tipo de carência de recursos ou capacidades de trabalho.</p> <p>Reconhecimento da necessidade de integrar os trabalhadores que não exercem atividade por conta de outrem, de forma a passarem, em regime transitório, a ter acesso a proteção social na invalidez, velhice, doença e morte.</p> <p>O regime geral da previdência passou a abranger todos os trabalhadores do serviço doméstico, cujas contribuições passaram a ser calculadas através da incidência da taxa contributiva sobre uma remuneração concertada.</p> <p>Necessidade de se legislar sobre as dívidas à Segurança Social devido ao aumento das dívidas por incumprimento.</p> <p>Aumento da globalização das taxas contributivas e alteração dos prazos de garantia para acesso às prestações sociais.</p>

<p>1980-1984</p>	<p>Criação, em 1980, do regime não contributivo de proteção social destinado a residentes não abrangidos por qualquer regime de proteção social, de natureza contributiva e inscrição obrigatória (Decreto-lei n.º 160/80 de 27/05)</p> <p>Enquadramento do clero, nos termos do Decreto Regulamentar n.º 5/83 de 31/01, cuja inscrição no regime geral da previdência dos membros do clero é obrigatória.</p> <p>Proteção por doença profissional no âmbito do regime geral, de acordo com Decreto-lei n.º 200/81 de 09/07.</p> <p>Criação através do Decreto-lei n.º 368/82 de 10 de setembro de 1982, do regime do seguro social voluntário destinado a abranger atividades não remuneradas, conferindo aos respetivos beneficiários, mediante o pagamento das contribuições devidas, o direito a pensões de velhice, invalidez e subsídio por morte.</p> <p>Reordenamento do esquema de segurança social dos trabalhadores do serviço doméstico com a atualização da base de incidência contributiva, formalizado pelo Decreto Regulamentar n.º 43/82 de 22/07.</p> <p>Reestruturação do esquema de proteção social dos jogadores de futebol profissionais (Decreto Regulamentar n.º 57/83 de 24/06).</p> <p>Reformulação do sistema contributivo dos trabalhadores independentes, bem como o alargamento aos trabalhadores independentes e seus familiares a todo o esquema de prestações do regime geral, exceto no subsídio de doença.</p> <p>Reformulação dos regimes de proteção dos trabalhadores agrícolas (Decreto-lei n.º 251/83 de 11/06).</p>
<p>Primeira LBSS de 1984</p>	<p>Primeira Lei de Bases da Segurança Social, publicada a 14 de agosto de 1984 (Lei n.º 28/84).</p> <p>Criação do complemento social sem base contributiva.</p> <p>Estabelecimentos dos princípios do sistema: universalidade, unidade, igualdade, eficácia, descentralização, garantia judiciária, solidariedade e participação.</p> <p>Reforço do quadro sancionatório dos regimes de proteção social, definido e penalizando os crimes contra a segurança social.</p> <p>Definição dos princípios orientadores do sistema, como a proteção dos trabalhadores e famílias, garantindo rendimentos de substituição ou de compensação por encargos acrescidos das pessoas que se encontrem em situação de falta ou diminuição de meios de subsistência.</p> <p>Enquadramento jurídico dos fundos de pensão.</p> <p>Instituição do regime da pré-reforma.</p> <p>Reformulação das pensões de invalidez e velhice do regime geral.</p> <p>Criação do regime da pensão unificada.</p> <p>Criação da Taxa Social Única.</p> <p>Regulamentação da proteção social complementar.</p> <p>Revisão do regime dos trabalhadores independentes.</p> <p>Implementação de promoção do emprego.</p> <p>Reformulação do regime da proteção social no desemprego.</p> <p>Abrangência do regime geral aos trabalhadores dependentes e os independentes.</p> <p>A administração do sistema pertence ao Estado e o seu financiamento é assegurado pelas contribuições dos beneficiários e das entidades empregadoras e por transferência do Estado.</p> <p>O regime não contributivo e a ação social são financiados por transferências do Orçamento de Estado.</p> <p>As despesas de administração e outras despesas comuns da Segurança Social são financiadas proporcionalmente pelas fontes de financiamento dos regimes e da ação social.</p>

Reforma de 1989	<p>Lançamento do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS) – património financeiro autónomo para onde reverte parte das quotizações dos trabalhadores por conta de outrem. Visa assegurar a estabilização financeira da SS, garantindo idealmente o pagamento das pensões por um período mínimo de dois anos.</p>
1997	<p>Criação do rendimento mínimo garantido como prestação do regime não-contributivo em conjunto com um programa de inserção social.</p>
LBSS de 2000	<p>Criação de um nova LBSS (Lei n.º 17/2000, de 08 de agosto) que ditou as bases gerais do sistema de solidariedade de SS e definiu os novos objetivos.</p> <p>Assinatura em sede de concertação social de um acordo sobre a Modernização da Proteção Social que veio a introduzir limites opcionais às contribuições para o sistema de repartição.</p> <p>Alterações ao regime/fontes de financiamento da SS (Decreto – Lei n.º 331/2001, de 20 de dezembro) e as alterações à fórmula de cálculo das pensões de velhice e invalidez (Decreto – Lei n.º 35/2002, de 19 de fevereiro).</p> <p>Garantia da sustentabilidade financeira do sistema público de SS.</p> <p>Promoção da eficácia do sistema e a eficiência da sua gestão.</p>
LBSS de 2002	<p>Aprovação da nova LBSS (Lei n.º 32/2002).</p> <p>Surge a conceção da irrenunciabilidade do direito à segurança social.</p> <p>Garantia da concretização do direito à segurança social.</p> <p>Composição do Sistema de Segurança Social: sistema público que compreende o subsistema previdencial, o subsistema de solidariedade e o subsistema de proteção familiar.</p> <p>Promoção da melhoria das condições e dos níveis de proteção social e o reforço da respetiva equidade.</p> <p>Proteção dos trabalhadores e as suas famílias nas situações de falta ou diminuição de capacidade para o trabalho, de desemprego e de morte.</p> <p>Proteção das famílias através da compensação de encargos familiares.</p> <p>Proteção dos trabalhadores e as suas famílias nas situações de falta ou diminuição de capacidade para o trabalho, de desemprego e de morte.</p> <p>Promoção da eficácia social dos regimes prestacionais e a qualidade da sua gestão, bem como a eficiência e sustentabilidade financeira do sistema.</p> <p>Adoção do princípio da subsidiariedade social e o da coesão geracional.</p>
2001-2006	<p>Criado, em 2004, o Conselho Nacional da Segurança Social (Decreto-lei n.º 48/2004 de 3/03).</p> <p>Elaboração da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2005).</p> <p>Aprovação, com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 141 de 2006, de um conjunto de medidas de reforma da segurança social.</p> <p>Criação do abono de família para as crianças e jovens para a proteção na eventualidade de encargos familiares, no âmbito do subsistema de proteção familiar (Decreto-lei n.º 176 de 2/08/2003).</p> <p>Regulamentação da concessão de apoios a projetos ou iniciativas que proporcionam a criação líquida de postos de trabalho e que visem desenvolver atividades no âmbito de apoio à família (Portaria n.º 1191/2003 de 10/10/2003).</p> <p>Estabelecimento do regime jurídico de proteção social na maternidade, paternidade e adoção no âmbito do subsistema previdencial de segurança social face ao regime preconizado na legislação do trabalho vigente (Decreto-lei n.º 77 de 2005)</p> <p>Novo regime jurídico de proteção social na eventualidade de doença, no âmbito do subsistema previdencial de segurança social (Decreto-lei n.º 28/2004 de 4/02).</p> <p>Criação do complemento solidário para idosos (Decreto-lei n.º 232/2005 de 29/12).</p> <p>Instituição do complemento solidário para idosos no âmbito do subsistema de solidariedade (Decreto Regulamentar n.º 3/2006 de 6/02).</p> <p>Definição do âmbito de proteção social conferido pelo sistema público de segurança social aos trabalhadores no domicílio (Decreto-lei n.º 98/2005 de 16/06).</p> <p>Aprovação do Programa Nacional para o Crescimento e o Emprego 2005-2008 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 183/2005).</p>

	<p>Definição da transição do regime obrigatório de proteção social aplicável aos funcionários públicos para o regime geral de segurança social dos trabalhadores por conta de outrem (Decreto-lei n.º 117/2006 de 20/06/2006).</p> <p>Estabelecimento do regime jurídico de proteção social para situações de desemprego dos trabalhadores por conta de outrem (Decreto-lei n.º 220/2006 de 3/11/2006).</p> <p>Aprovação do Regulamento de Gestão do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (Portaria n.º 1273/2004 de 7/10/2004).</p>
Atual LBSS de 2007	<p>Criação da nova Lei de Bases da Segurança Social – Lei n.º 4/2007 de 16/01 - que veio revogar a Lei n.º 32/2002 de 20/12 e que se encontra atualmente em vigor.</p> <p>Compete ao Estado garantir a boa administração da componente pública do sistema de segurança social e assegurar uma adequada e eficaz regulação, supervisão prudencial e fiscalização dos regimes complementares de natureza não pública.</p> <p>Esta lei procura beneficiar os contribuintes que tenham rendimentos mais baixos e penalizar os mecanismos de gestão das carreiras contributivas.</p> <p>O cálculo das pensões de velhice e de invalidez passou a ter por base os rendimentos de trabalho, revalorizados, de toda a carreira contributiva.</p> <p>Maior correspondência entre a média salarial verificada em toda a carreira contributiva e o valor da pensão.</p> <p>Aplicação de um fator de sustentabilidade, relacionado com a evolução da EMV no sentido de adequar o financiamento do sistema da segurança social às modificações resultantes das alterações demográficas e económicas e de atenuar o impacto da evolução da longevidade sobre o mesmo.</p> <p>Com a implementação do fator de sustentabilidade existe uma maior necessidade de os contribuintes trabalharem para além da ILR, ou sujeitarem-se à atribuição de uma pensão de menor valor.</p> <p>O financiamento do Sistema à luz da LBSS continua a obedecer aos princípios da diversificação das fontes de financiamento e da adequação seletiva, como se encontram definidos na Lei de Bases da Segurança Social de 2000.</p>

Tabela I.2: Tabela da evolução temporal do sistema de Segurança Social sueco

	Descrição
Séc. XVII	<p>Surgem as primeiras soluções privadas - sistemas de aposentação militar que chegavam a incluir habitações.</p> <p>Com o aumento do número de vítimas de guerra, este fundo de pensões começou a distribuir benefícios em forma de géneros.</p>
1913	<p>Criação do primeiro sistema público de pensões universal do Mundo cobre a população ativa e protege os indivíduos no caso de não possuírem contribuições sociais suficientes para auferirem pensão de velhice.</p>
1913-1980	<p>Sistema público de pensões formado por uma pensão básica de natureza redistributiva e por um plano ATP (nome dado à pensão resultante dos rendimentos auferidos durante a carreira contributiva).</p> <p>Aposentação ocorre até aos 70 anos ou antecipadamente a partir dos 60 anos com uma penalização associada.</p> <p>Tem direito à pensão básica todos os indivíduos que residam na Suécia por um período superior a 40 anos ou que tenham trabalhado mais de 30 anos.</p> <p>Para a formação do valor da pensão eram considerados os 15 anos com maiores remunerações de toda a carreira contributiva.</p> <p>O sistema público de pensões era financiado pela receita das contribuições (gerido em esquema de repartição), a pensão básica era financiada por receitas fiscais.</p> <p>A maioria dos indivíduos tinham pensões privadas, celebradas através dos contratos laborais, e que substituíam entre 10 a 15% do rendimento.</p>
Década de 80	<p>Realização por parte do Conselho Nacional de Segurança Nacional sueco de um estudo sobre a situação financeira do sistema de Segurança Social a cada 5 anos.</p> <p>O método de cálculo utilizado no estudo indicou que o financiamento do sistema começava a ser insustentável, tendo em conta o crescente aumento do número de pensões.</p>

	Sistema de SS extremamente dependente do crescimento económico, que tinham vindo a ser cada vez mais lento.
Reforma de 1994	<p>Reforma com vista a conceber um sistema fiscalmente sustentável, potenciando o crescimento económico e estabelecendo uma ligação direta entre contribuições e benefícios.</p> <p>Criação da pensão mínima em substituição da pensão básica financiada pela receita fiscal e cujo valor era indexado ao índice de preços.</p> <p>Criação do princípio de rendimento vitalício cujo benefício pode ser retirado a partir dos 61 anos de idade.</p> <p>Coexistência de um regime de repartição com um de capitalização.</p> <p>Criação de uma nova fórmula cujos benefícios passam a ter por base as remunerações de toda a carreira contributiva.</p> <p>As regras de indexação correlacionadas com o crescimento salarial.</p> <p>Criação de um fundo de reserva no sentido de lidar melhor com a flutuação da distribuição etária da população.</p> <p>Criação da pensão <i>premium</i> (esquema financiado em regime de capitalização).</p> <p>Criação de uma nova agência governamental, a Premium Pension Agency (PPM), que administra o pilar financeiro e cujas contribuições são arrecadadas pela autoridade tributária sueca e são investidas em títulos.</p> <p>Os contribuintes podem investir em qualquer fundo (nacional ou internacional) desde que este se encontre registado na PPM.</p> <p>Cada indivíduo pode optar por um fundo público ou privado com a possibilidade de vir alterar o fundo.</p>
1999 e 2001	Implementação, em 1999, do novo e reformado sistema e cujo primeiro pagamento foi efetuado em 2001.
Após a re-forma do sistema	<p>Coexistência de duas agências (PPM e Agência de Segurança Social) no sentido de distinguir a gestão da pensão <i>premium</i> e os outros programas de apoio.</p> <p>A pensão <i>premium</i> encontra-se sujeita aos regulamentos dos mercados de capitais e à legislação sobre seguros sob a supervisão do Ministério das Finanças.</p> <p>Restantes componentes do sistema de pensões ficaram sob a alçada do Ministério dos Assuntos Sociais.</p>
Início de 2010	Existência de falta de coordenação e comunicação entre as duas agências (PPM e Agência de Segurança Social), pelo que ambas se fundiram numa nova agência, diminuindo os custos administrativos existentes.
2015	Apesar da reforma ocorrer nos anos 90, foi apenas em 2015 que as pensões começaram a ser inteiramente calculadas segundo os novos parâmetros, razão pela qual os efeitos da reforma não sejam ainda claros.

Tabela I.3: Tabela da evolução temporal do sistema de Segurança Social chileno

	Descrição
1920	Adoção de sistemas de repartição com influência bismarckiana à semelhança do que acontecia na Europa.
1930	<p>Necessidade de explicar a ideia de segurança social com financiamento não contributivo.</p> <p>Desafio da proteção social como resultado dos elevados níveis de pobreza.</p>
Reforma de 1981	<p>Primeira reforma desencadeada a nível internacional no que respeita a reformas sistémicas do sistema de pensões.</p> <p>Redução do ónus das tarefas administrativas.</p>

	<p>Transformação de um sistema financiado pelo regime de repartição, com benefícios definidos e administrados principalmente pelo Estado, num sistema financiado pelo regime de capitalização, com contribuições definidas e administração privada, mas com regulamentação estadual.</p> <p>Promoção de mecanismos de ajuste automático às mudanças demográficas e económicas mantendo o equilíbrio atuarial.</p> <p>Definição dos benefícios com base nas contribuições do beneficiário ao longo da vida e não exclusivamente nos últimos anos de contribuição.</p> <p>Redução da possibilidade de pressão política sobre o uso de fundos.</p> <p>Eliminação da concessão de aposentação por antiguidade.</p>
Reforma de 2008	<p>Problemas na consolidação da sua cobertura populacional.</p> <p>O Estado encarrega-se de gerar incentivos e fornecer pensões de solidariedade para aqueles que não estão em posição de responder aos incentivos.</p> <p>Esforço fiscal significativo em financiar a transição.</p> <p>Mercado imperfeito onde os custos operacionais são significativos.</p> <p>Promoção do desenvolvimento do mercado de capitais, mas com efeito direto no investimento produtivo limitado.</p> <p>Aperfeiçoamento do sistema de capitalização em contas individuais, transformando-o num sistema integrado de pensões contributivas e não contributivas.</p> <p>Criação de um Comité Técnico de Investimentos que assegura a regulação do Fundo de Pensões.</p> <p>Criação de um Sistema de Pensões Solidárias (SPS).</p> <p>Criação das Administradoras de Fundos de Pensões (AFP) e do Seguro de Invalidez e Sobrevivência (SIS).</p> <p>Eliminação da pensão de bem-estar e a pensão mínima fixa.</p> <p>Pensões de velhice, invalidez e sobrevivência.</p>
2019	<p>Introdução de nova legislação para os trabalhadores por conta própria. A lei torna obrigatórias as contribuições para o sistema de previdência social para os trabalhadores independentes, aumentando gradualmente de 10% em 2018 para 17% em 2028. Para amenizar o impacto no rendimento líquido dos trabalhadores independentes, a lei apresenta as seguintes opções:</p> <p>Opção normal – Os indivíduos contribuem para todo o sistema de previdência social (segurança social, saúde e pensões). A contribuição para os sistemas de saúde é feita a uma taxa constante. A taxa de contribuição para as pensões aumenta com a taxa total de contribuição.</p> <p>Opção alternativa: os indivíduos contribuem menos para a segurança social, sistemas nacionais de saúde e pensões, que aumenta gradualmente num horizonte de 9 anos, passando de 5% do lucro tributável para 100% do lucro tributável em 2027.</p>

Tabela I.4: Tabela da evolução temporal do sistema de Segurança Social alemão

	Descrição
Séc. XIX	<p>A Alemanha de Bismark evidenciou-se pela grande evolução no campo da Segurança Social, em três momentos em particular, junho de 1884 com a Lei do Seguro de Doença, julho de 1884 com a Lei do Seguro contra Acidentes de Trabalho e junho de 1889 com a Lei do Seguro de Invalidez e Velhice.</p>

	<p>A criação dos seguros sociais constituiu, assim, não mais que “uma tentativa de preservar a estabilidade política e, simultaneamente, ganhar o apoio do eleitorado operário” (Arcanjo, 1991).</p> <p>O modelo social alemão, embora inicialmente limitado a um campo de aplicação reduzido através de um sistema de responsabilidade por acidentes de trabalho (1871) e depois contemplando somente a proteção dos operários industriais que auferiam um salário inferior a um determinado montante, com o decorrer do tempo veio a ser progressivamente alargado no âmbito de cobertura.</p> <p>O sistema de seguros sociais caracterizava-se pelo seu carácter público e obrigatório, pelo pagamento de contribuições calculadas sobre os salários, pela atribuição de prestações pecuniárias proporcionais aos salários com natureza indemnizatória e sob condição de impossibilidade de auferir rendimentos profissionais; e por um esquema de financiamento tripartido em que a formação de fundos obedece ao método de equilíbrio financeiro de capitalização com gestão assegurada por instituições autónomas (Apelles, 1994).</p>
1990	<p>Mudanças no sentido de beneficiar aqueles que se aposentam cada vez mais tarde;</p> <p>Desenvolver adicionalmente os esquemas de pensões do segundo e terceiro pilar.</p>
1992	<p>A partir de 1992, os pontos em cada ano passaram a depender essencialmente do quociente entre os salários do trabalhador e os salários médios da economia.</p>
Período transversal no tempo	<p>Sistema público de pensões PAYG relacionado com os ganhos.</p> <p>Por cada ano de trabalho remunerado um indivíduo acumula pontos.</p> <p>Os pontos acumulados a cada ano são multiplicados por um fator de conversão que tem em consideração as remunerações do trabalhador ao longo da sua carreira contributiva, além da evolução dos salários na economia.</p> <p>A partir dos 65 anos, o prazo de garantia é de 5 anos de contribuições pagas, sendo que as pensões são revalorizadas anualmente de acordo com a evolução do índice de salários, das taxas contributivas e da relação entre pensionistas e contribuintes.</p> <p>Profissões de risco, maior número de filhos, entre outras características aumenta o número de pontos a atribuir a cada contribuinte (futuro pensionista).</p> <p>Os trabalhadores podem inscrever-se voluntariamente em sistemas previdenciais privados aliados ao obrigatório oferecido pelo Estado.</p> <p>Princípio de transparência, em que os trabalhadores no momento presente sabem como é que a sua carreira contributiva está a ser construída.</p> <p>O cálculo do valor da reforma é com base nos pontos adquiridos durante a carreira contributiva, estes foram atribuídos conforme a idade do trabalhador, o tempo que contribuiu e o valor acumulado das contribuições.</p> <p>Pagamentos estatutários relativos às reformas foram ajustados por uma fórmula que tem em consideração a relação entre a força de trabalho e o número de reformados.</p> <p>A proteção pública à velhice assenta em pensões contributivas geridas em repartição.</p> <p>Os pensionistas com rendimentos abaixo dum certo montante são apoiados pela Assistência Social. Esta assistência social rondava, em 2008, os 8424 euros por ano nos estados federais ocidentais.</p> <p>Criação da pensão <i>Riester</i>, que subsidia contribuições.</p>
2012	<p>A idade legal de reforma será adiada dois meses por ano, de 2012 para 2024, até aos 67 anos, em 2029. Os sucessivos aumentos da idade legal de reforma serão cruciais para a sustentabilidade financeira dos sistemas no futuro.</p>
2018	<p>Os empregadores podem oferecer planos de opt-out e DC que carecem de um benefício mínimo garantido de aposentação se os funcionários concordarem como parte do processo de negociação coletiva.</p>
2019	<p>A partir de janeiro de 2019, 0,5 pontos adicionais de pensão são atribuídos retroativamente a mulheres com filhos nascidos antes de 1992.</p>

	Os funcionários com ganhos mensais de 450€ a 1300€ pagarão contribuições mais reduzidas para a segurança social. No passado, estes valores eram compreendidos entre 450€ a 850€. As contribuições a segurança social adquirem direitos de pensão completos.
2019-2025	Entre 2019-2025, o valor do ponto de pensão deve ser aumentado se a taxa de reposição prevista para aposentações por idade cair abaixo de 48% do salário médio. Esse valor foi definido em 46% até 2020 e 43% entre 2020-2030. Entre 2019-2025, a taxa de contribuição geral de empregadores e empregados deverá estar compreendida entre 18,6% e os 20% dos ganhos cobertos.
2025	O valor do ponto e outros parâmetros usados no cálculo das pensões, que atualmente ainda são mais baixos no leste alemão do que na Alemanha Ocidental, vão convergir completamente até 2025.

Anexo II - Rankings dos indicadores

No seguimento da metodologia explicada anteriormente¹⁴, aqui serão colocados os rankings dos indicadores bem como a sua construção. A ideia assentou numa ordenação de maior valor para menor em cada indicador. Para ser de mais fácil perceção foram sendo pontoados os países consoante o valor que apresentava para tal ano. Os pontos variam de 1 a 4, sendo 4 atribuído ao país com maior valor de indicador (exemplo: despesa com pensões) para o determinado ano e/ou segmento (exemplo: esquema privado/esquema público). No fim, os pontos foram somados no sentido de permitir a ordenação final.

É de realçar que estar em primeiro lugar no ranking não significa estar melhor perante o desafio da sustentabilidade dos sistemas de pensões a longo prazo. Os indicadores devem ser vistos e analisados numa ótica conjunta e de integração vertical no sentido de serem tiradas conclusões mais abrangentes e completas que permitam analisar e classificar os países que estão mais bem preparados para lidar com os desafios da sustentabilidade a longo prazo, relacionando com as reformas estruturais e paramétricas implementadas nos últimos anos. Existem indicadores que contribuem positivamente e outros negativamente. Um exemplo que ilustra esta ideia é o seguinte (ver tabelas no ranking correspondente ao indicador A.1 e A.2): o país que mais gasta com pensões (esquema público + privado) é a Suécia. A Suécia é o país que neste ranking ocupa a 1º posição, ainda assim não significa que este é o melhor classificado.

Tabela II.1: Ranking da despesa pública e privada com pensões e projeção a longo-prazo da despesa pública com pensões

Nota: 1º corresponde ao país que mais gasta em despesa com pensões

Esquema público (despesa % PIB)					Esquema privado (despesa % PIB)					Ranking					
										Passado			Presente		2050
1990	2000	2005	2010	2015	1990	2000	2005	2010	2015	Esq. Público	Esq. privado	Total	Esq. Público	Esq. Privado	Esq. público
A	A	A	P	P	S	S	S	S	S	1º A	1º S	1º S (30p)	1º P	1ºS	1ºP
C	P	P	A	A	A	C	C	C	C	2º P	2º C	2º A (29p)	2ºA	2ºC	2ºA
S	S	S	S	S	C/P	A	A	A	A	3º S	3º A	3º P (22p)	3º S	3ºA	3ºS
P	C	C	C	C		P	P	P	P	4º C	4º P	4º C (21p)	4ºC	4ºP	4ºC

¹⁴ Ver capítulo 4.2

Tabela II.2: Ranking das contribuições (em % do salário médio) obrigatórias para a formação de futuras pensões

Nota: 1º corresponde ao país com maior taxa média de contribuição

	Ranking					
	Público		Privado		Total	
	2018	2014	2018	2014	2018	2014
Alemanha	2º	2º	-	-	3º	3º
Chile	-	-	1º	1º	4º	4º
Portugal	1º	1º	-	-	1º	2º
Suécia	3º	3º	2º	2º	2º	1º

Tabela II.3: Ranking dos direitos brutos de pensão de trabalhadores com baixos e médios rendimento: intervalo de desemprego de 5 anos (2018)

Nota: 1º corresponde ao país mais generoso com a interrupção laboral por desemprego

	Ranking	
	Assalariados médios	Assalariados baixos
	2018	2018
Alemanha	2º	3º
Chile	4º	2º
Portugal	1º	1º
Suécia	3º	4º

Tabela II.4: Ranking do Índice Sintético de Fecundidade

Nota: 1º corresponde ao país com maior ISF (contributo positivo para o desafio da sustentabilidade)

1960	1980	2000	2020	2040	2060	Passado	Presente	Futuro	Pontos
C	C	C	S	S	S	1º Chile (12p)	1º Suécia	1º Suécia (8p)	4
P	P	S	C	A	A	2º Portugal (8p)	2º Chile	2º Alemanha (6p)	3
A	S	P	A	C/P	C/P	3º Suécia (6p)	3º Alemanha	3º Portugal (4p)	2
S	A	A	P	C/P	C/P	4º Alemanha (4p)	4º Portugal	3º Chile (4p)	1

Tabela II.5: Ranking da Esperança Média de Vida à nascença (em anos por sexo)

	Presente	
	Homens	Mulheres
Alemanha	2º	3º
Chile	3º	4º
Portugal	2º	1º
Suécia	1º	2º

Tabela II.6: Ranking da Esperança de Vida aos 65 anos

							Ranking				
	2005-2010		2015-2020		2060-2065		Passado	Presente		Futuro	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	M/H	M	H	M	H
Alemanha	20,21	16,55	21,3	18,3	25,2	22,8	3º	3º	3º	3º	3º
Chile	20,33	17,04	21	18,2	25,2	23	2º	4º	4º	3º	2º
Portugal	19,71	15,81	22	18,4	26,1	22,7	4º	1º	2º	1º	4º
Suécia	20,59	17,35	21,7	19,1	25,7	23,4	1º	2º	1º	2º	1º

Tabela II.7: Ranking do Índice de Dependência de Idosos

Nota: 1º corresponde ao país com maior IDI e, portanto, maior desafio face à sustentabilidade

1950	1960	1990	2020	2050	2080	Passado	Presente	Futuro	Pontos
S	S	S	P	P	P	1º Suécia (12p)	1º Portugal	1º Portugal (8p)	4
A	A	P	A	A	C	2º Alemanha (8p)	2º Alemanha	2º Alemanha (5p)	3
P	P	A	S	S	A	3º Portugal (7p)	3º Suécia	3º Chile (4p)	2
C	C	C	C	C	S	4º Chile (3p)	4º Chile	4º Suécia (3p)	1

Tabela II.8: Ranking da Idade normal e efetiva de saída do mercado de trabalho e esperança média devida após saída do mercado de trabalho

Nota: 1º corresponde ao país com maior nº de anos

	Ranking			
	Efetiva	Normal	Esperança de vida após saída de mercado de trabalho	
			H	M
Alemanha	4º	1º	1º	1º
Chile	1º	3º	4º	4º
Portugal	2º	2º	3º	2º
Suécia	3º	3º	2º	3º

Tabela II.9: Ranking da Taxa Líquida de Substituição da Pensão

Nota: 1º corresponde ao país com maior taxa líquida de substituição da pensão

Homens						Mulheres						Pontos	Total	Total
0,5		1,0		1,5		0,5		1,0		1,5			Total	Total
2018	2010	2018	2010	2018	2010	2018	2010	2018	2010	2018	2010		2018	2010
P	C	P	P	P	S	P	P	P	P	P	S	4	1º P (24p)	1º P (21p)
S	P	S	C	S	P	S	S	S	A	S	P	3	2º S (18p)	2º S (16p)
A	S	A	A	A	C	A	C	A	S	A	A	2	3º A (12p)	3º C (13p)
C	A	C	S	C	A	C	A	C	C	C	C	1	4º C (6p)	4º A (10p)

Tabela II.10: Ranking da Riqueza Líquida da Pensão (por ganhos)

Nota: 1º corresponde ao país com maior riqueza líquida da pensão

Homens						Mulheres						Pontos	Total	Total
0,5		1,0		1,5		0,5		1,0		1,5			Total	Total
2018	2010	2018	2010	2018	2010	2018	2010	2018	2010	2018	2010		2018	2010
P	P/S	P	P	P	S	P	P	P	P	P	S	4	1º P (24p)	1º P (22p)
A	P/S	A	S	S	P	A	S	A	S	S	P	3	2º A (16p)	2º S (21p)
S	C	S	A	A	A	S	C	S	A	A	A	2	3º S (14p)	3º A (10p)
C	A	C	C	C	C	C	A	C	C	C	C	1	4º C (6p)	4º C (8p)

Tabela II.11: Ranking da evolução dos rendimentos das pensões: salário médio em paridades de poder de compra vs taxa de substituição das pensões

USP, PPP		TxLS Pensão (média de todos os assalariados)		Valor monetário da pensão em PPP	
2008	2018	2018		2018	
1º Alemanha	1º Alemanha	1º Portugal		1º Alemanha	
2º Suécia	2º Suécia	2º Suécia		2º Suécia	
3º Portugal	3º Portugal	3º Alemanha		3º Portugal	
4º Chile	4º Chile	4º Chile		4º Chile	

Anexo III – Metainformação

Tabela III.1: Metainformação dos indicadores e respectivas fórmulas de cálculo

Indicador	Descrição	Formula de cálculo
Despesa pública com pensões	A despesa pública gasta com pensões em % do PIB mostra quanto do produto interno bruto é alocado às pensões públicas nacionais e qual a participação geral das pensões públicas no orçamento dos governos.	$(\text{Despesa total com pensões no ano civil} / \text{PIB no ano civil}) * 100$
Índice Sintético de Fecundidade	O índice sintético de fecundidade é o número médio de crianças nascidas por cada mulher em idade fértil, ou seja, entre os 15 e os 49 anos de idade. Para que a substituição de gerações seja assegurada, é preciso que cada mulher tenha em média 2,1 filhos.	Somatório de taxas de fecundidade por grupos de idade quinquenais durante um ano civil * 5. $TF_{gi}(0,t) * 5$ sendo $TF_{gi}(0,t)$ = Taxas de fecundidade por grupos de idade entre os momentos 0 e t.
Esperança de vida	<p>A esperança de vida à nascença corresponde ao número médio de anos que uma pessoa à nascença pode esperar viver, mantendo-se as taxas de mortalidade por idades observadas no momento de referência.</p> <p>A esperança de vida aos 65 anos corresponde ao número médio de anos que um indivíduo, ao atingir os 65 anos, pode esperar ainda viver, se submetido, até ao final da sua vida, às taxas de mortalidade observadas no momento de referência.</p>	<p>Esperança de vida à nascença: número médio de anos que um indivíduo pode esperar viver desde o momento em que nasce se ao longo da sua vida se mantiverem as condições de mortalidade observadas no ano em que nasceu.</p> <p>$t_0 / 10$ sendo t_0 = total de anos vividos por uma coorte fictícia após o nascimento; e 10 = número sobreviventes ao nascimento de uma coorte fictícia de base fixa (habitualmente 100000).</p> <p>Esperança de vida aos 65 anos: número médio de anos que um indivíduo com 65 anos pode esperar viver se se mantiverem as condições de mortalidade observadas no momento de referência.</p> <p>t_{65} / l_{65} sendo t_{65} = total de anos vividos por uma coorte fictícia após os 65 anos; e l_{65} = número sobreviventes aos 65 anos de uma coorte fictícia de base fixa (habitualmente 100000).</p>
Índice de Dependência de Idosos	O índice de dependência de idosos é o número de pessoas com 65 e mais anos por cada 100 pessoas em idade ativa, ou seja, com 15 a 64 anos. Um valor inferior a 100 significa que há menos idosos do que pessoas em idade ativa.	$(\text{População com 65 ou mais anos} / \text{População com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos}) * 100$ $(P(65,+) / P(15,64)) * 10^n$ sendo $P(65,+)$ = População com 65 ou mais anos; e $P(15,64)$ = População com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos; $n=2$.
Anos de vida saudável aos 65 anos	Número de anos que uma pessoa de 65 anos pode esperar viver em condições de vida saudável. Uma condição de vida saudável é definida pela ausência de limitações funcionais/incapacidade. Pode também ser aplicado de esperança de vida sem incapacidade física.	
Taxa líquida de substituição da pensão	A taxa líquida de substituição (variável fluxo) é definida como o direito de pensão líquido individual dividido pelos rendimentos líquidos de pré-reforma, tendo em conta os impostos sobre o rendimento pessoal e as contribuições para a segurança social pagas pelos trabalhadores e pensionistas.	
Riqueza líquida da pensão	A riqueza líquida das pensões (variável stock) é o valor atual do fluxo de benefícios de pensão, tendo em conta os impostos e contribuições para a segurança social que os reformados têm de pagar sobre as suas pensões. É medido e expresso como um múltiplo dos ganhos líquidos anuais individuais no respetivo país. Os impostos e as contribuições pagos pelos pensionistas são calculados sob reserva do benefício de pensão obrigatório a que os indivíduos têm direito em diferentes níveis de rendimentos. Os cálculos têm em conta todas as deduções e benefícios fiscais normais, bem como os descontos consentidos quer aos rendimentos de pensões, quer às pessoas em idade de reforma.	

Fonte: Pordata e INE